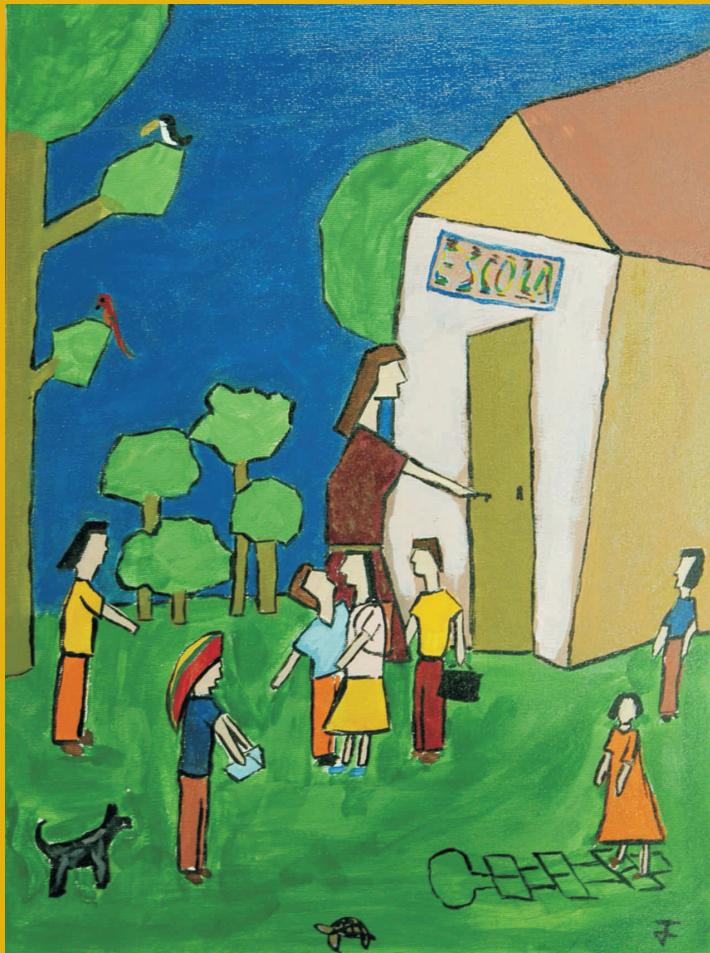


O Trabalho de Professores na Educação Básica em Mato Grosso do Sul



MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT IGUAIREDÓ
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

O TRABALHO DE PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Fundacentro

Presidente
Jurandir Bóia Rocha

Diretor Executivo interino
Jófilo Moreira Lima Júnior

Diretor Técnico
Jófilo Moreira Lima Júnior

Diretora de Administração e Finanças interina
Solange Silva Nascimento

Juliana Andrade Oliveira
José Carlos Pesente
Leda Leal Ferreira

O TRABALHO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL

São Paulo

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

2009

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: www.fundacentro.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Documentação e Bibliotecas — SDB / Fundacentro
São Paulo — SP
Erika Alves dos Santos CRB-8/7110

Oliveira, Juliana Andrade.

O trabalho dos professores na educação básica em Mato Grosso do Sul / Juliana Andrade Oliveira, José Carlos Pesente, Leda Leal Ferreira. — São Paulo : Fundacentro, 2009.

91 p. : il., 1 mapa ; 23 cm.

ISBN 978-85-98117-41-6

1. Professores — Ensino Fundamental — Condições de trabalho — Mato Grosso do Sul. 2. Professores — Higiene ocupacional — Mato Grosso do Sul. I. Pesente, José Carlos. II. Ferreira, Leda Leal. III. Título.

CIS

Vyckpo Kob Ah (207MS)

CDU

37.011.31:373.3:613.6(817.1A/Z)

CIS — Classificação do “Centre International d’Informations de Sécurité et d’Hygiène du Travail”

CDU — Classificação Decimal Universal

CIS

Vyckpo — Professores

Kob — Condições de trabalho

Ah — Higiene ocupacional

(207MS) — Brasil. Mato Grosso do Sul

CDU

37.011.31 — Docentes. Educadores. Professores

373.3 — Escola primária. Nível elementar

613.6 — Riscos ocupacionais. Higiene e saúde ocupacionais

(817.1A/Z) — Mato Grosso do Sul

Ficha técnica

Coordenação Editorial: Gláucia Fernandes

Revisão: Editoração Eletrônica/MTE e Anelize Soares - Estagiária/Fundacentro

Editoração gráfica e capa: Marila G. Destro Apolinário

Agradecimentos

Deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos:

A todas as professoras e professores que participaram das nossas reuniões e nos ajudaram a construir esta análise;

À Secretaria de Educação Básica do MEC, pelo auxílio financeiro ao projeto;

À Associação Campo-Grandense de Professores (ACP);

À Federação dos Trabalhadores em Ensino no Mato Grosso do Sul (FETEMS);

Ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado de Mato Grosso do Sul (SINTRAE/MS);

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande;

À Aparecida Mari Iguti, professora da Unicamp, que colaborou como pesquisadora em uma de nossas reuniões;

Aos colegas da Fundacentro que colaboraram na confecção deste livro, em especial a Marco Antônio Bussacos e Ronildo Orfão Barros; e

A Francisco Terto de Lira Júnior pela ilustração da capa.

Sumário

Introdução 9

O Estado de Mato Grosso do Sul 17

1. Manhã, tarde e noite de aulas de três professores 23

 A manhã da “tia” Gisele 23

 A tarde do professor Aurélio 24

 A noite do professor Jair 26

2. Os alunos 27

 Alunos do campo 28

 Trabalhar longe de casa 30

 Classes multisseriadas 36

 Alunos carentes 38

 Alunos pequenos em uma escola particular 40

 Alunos “difíceis” 42

 Alunos repetentes 43

 Alunos portadores de deficiência 47

3. Escola particular 49

 Vigilância e controle 56

 Lucro x educação 58

4. O professor “convocado” 61

5. Antes e depois da aula: planejar, corrigir, avaliar e registrar	65
6. Desafios	69
7. Quando trabalhar começa a doer	71
8. A luta da classe	75
9. Ser professor, hoje	77
Referências	85
Bibliografia	86
Outras publicações	87

Introdução

O objetivo deste livro é apresentar um relato sobre o trabalho de professores de Mato Grosso do Sul. Ele é um dos resultados de um projeto de pesquisa chamado “Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde dos Professores da Educação Básica do Brasil”, realizado pela Fundacentro com financiamento do Ministério da Educação, e colaboração da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Pretendemos, com o projeto, conhecer as atividades e as condições de trabalho dos professores, procurando entender como elas podem afetar a saúde dos mesmos (veja Boxe 1). Para tanto, utilizamos o método da Análise Coletiva do Trabalho (ACT), que preconiza o conhecimento da atividade de cada profissão a partir de uma descrição detalhada e analítica feita pelos próprios trabalhadores.

Para a realização da pesquisa no Mato Grosso do Sul, tivemos a colaboração imprescindível do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/MS) e da Federação dos Trabalhadores em Ensino no Mato Grosso do Sul (FETEMS), que, junto com a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP) propiciaram nossas reuniões com os professores. Nesse estado, tivemos, também, uma experiência inédita: a participação de alunos do curso Normal Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) com experiência docente em assentamento e em comunidade indígena.

Ao todo, quatro reuniões foram realizadas. As duas primeiras aconteceram em novembro de 2006, no campus da Faculdade Estácio de Sá, onde eram mi-

nistradas as aulas da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, envolvendo alunos do curso Normal Superior (veja o Boxe 3) que já atuavam como professores. Em outubro de 2007 tivemos as outras duas reuniões, sendo uma na unidade da Fundacentro, em Campo Grande, que pôde contar com a colaboração de professores da rede privada, e outra, na sede da Associação Campo-Grandense de Professores, com docentes da rede pública. Entre os participantes houve profissionais dos sexos masculino e feminino, das zonas rural e urbana, da capital e de cidades do interior do Estado, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Em cada reunião cumpríamos a rotina de repassar aos professores as mesmas informações dadas às entidades que os haviam convidado para participar da pesquisa. Era necessário nos certificarmos de que não permaneciam dúvidas quanto aos objetivos e encaminhamentos da pesquisa, garantir-lhes, novamente, que não revelaríamos suas identidades, e esclarecê-los de que a participação de cada um era voluntária, renovando, assim, nosso contrato entre pesquisador e pesquisado. Por isso, em primeiro lugar, informávamos quem era a instituição que executava a pesquisa. A maioria dos professores nunca tinha ouvido falar da Fundacentro, até então. Em seguida, apresentávamos as etapas do projeto, explicando seus objetivos, no que consistiria a reunião e informávamos que esse mesmo procedimento de pesquisa já tinha sido realizado em outras cidades do Brasil¹.

Feito isso, explicávamos que queríamos saber como era o dia a dia de trabalho dos professores, com o máximo de detalhes que eles pudessesem ou quisessem nos oferecer; que não havia um questionário ou uma lista de perguntas previamente estruturadas e que o foco daquela reunião seria uma conversa em torno da pergunta: “O que você faz no seu trabalho?”. Por isso, enfatizávamos aos presentes que gostaríamos de ouvir sobre o que sentiam e o que pensavam a respeito do seu trabalho, sem que houvesse, de nossa parte, nenhum tipo de julgamento ou

¹ Desde o início da execução do projeto em 2005 até o início de nossos trabalhos em Mato Grosso do Sul já havíamos feito Análises Coletivas do Trabalho com professores de Água Branca, Luiz Correia, Picos e Teresina, no estado do Piauí; em São Paulo (SP), Campinas (SP); Belém (PA); Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA).

censura sobre o que dissessem, resultando essa conversa, assim, numa etapa importante da análise coletiva do seu trabalho.

Somente com a compreensão desses pontos e o consentimento dos participantes, iniciávamos a gravação da conversa, feita em fitas K7. Posteriormente, as fitas foram transcritas e o seu conteúdo retornou para nós sob a forma impressa. O presente texto é, então, resultado da nossa leitura e reflexão sobre a transcrição daquelas conversas.

Pretendemos, neste livro, relatar o mais fielmente possível todas as questões abordadas pelos professores que julgamos relevantes para explicar não só no que consiste o seu trabalho, mas o que este trabalho faz deles. Tentamos contar como é ser professor, considerando o seu próprio ponto de vista, mesmo cientes de que este texto está impregnado de nossas impressões pessoais. As afirmações que tecemos aqui, ainda que com nossas palavras, tentam reproduzir o pensamento dos professores entrevistados sobre o seu próprio trabalho. Nesse sentido, procuramos, transcrever as suas falas, as quais aparecem na forma itálico.

Ao escrever buscando o ponto de vista do professor, ressaltamos desde já que, pela natureza da pesquisa, não poderíamos ter aqui um relato que se referisse à realidade de todos os professores de Mato Grosso do Sul: a base deste texto são apenas os depoimentos daqueles que, gentilmente, aceitaram nosso convite para falar sobre suas experiências pessoais de trabalho. Em muitas questões os professores não chegaram a um consenso, o que atribuímos ao fato de vivenciarem contextos sociais diferentes e a terem, cada um, inegavelmente, o seu jeito próprio de trabalhar. E, ainda, nossa contribuição nesta Análise Coletiva do Trabalho conta com reflexões originadas do estudo do conhecimento produzido recentemente sobre o trabalho docente², que nos ajudou a avivar certas questões que poderiam parecer óbvias aos professores.

Face ao nosso interesse de que o presente texto expressasse com a maior fidelidade possível o que nos disseram os professores nas entrevistas, encaminhamos

² Como parte deste projeto foi feito um relatório contendo resenhas de 65 obras da bibliografia brasileira sobre o trabalho docente produzida entre 1997 e 2006. Ele pode ser consultado no sítio eletrônico da Fundacentro www.fundacentro.gov.br em Publicações Eletrônicas, sob o título: Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde dos Professores da Educação Básica no Brasil – Estado da Arte.

um relatório preliminar para sua apreciação, por meio das entidades que os convidaram a participar da pesquisa, solicitando-lhes que propusessem as alterações que julgassem oportunas. Recebemos algumas sugestões, muitas das quais foram aqui incorporadas.

Esperamos com esta obra levar a você, leitor, uma análise coletiva (nossa e deles) de como é ser professor na Educação Básica (ver Boxe 2) em Mato Grosso do Sul, e ajudá-lo a compreender como é ser educador no Brasil.

Boxe 1: A Pesquisa Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde dos Professores da Educação Básica do Brasil

A Fundacentro é uma fundação de natureza jurídica de Direito Público, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Tem por finalidade principal a realização de estudos e pesquisas na área da saúde e da segurança do trabalho e a difusão destes conhecimentos.

O projeto de pesquisa *Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores na Educação Básica no Brasil* tem os seguintes objetivos:

1. Conhecer as condições de trabalho de professores da Educação Básica, exercendo suas atividades em diferentes situações de trabalho, como zona rural e/ou urbana; escolas municipais e/ou estaduais; Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental e/ou Médio; grandes ou pequenas cidades, em todas as regiões do Brasil. Entendemos aqui por condições de trabalho o conjunto de condições, materiais ou não, nas quais o trabalho de um grupo de trabalhadores é exercido e que compreendem desde as condições contratuais de trabalho e os níveis de remuneração até as características dos locais de trabalho e as especificidades das tarefas e atividades exercidas;
2. Relacionar essas diferentes condições de trabalho com a saúde dos professores.

Para alcançar esses objetivos, a Fundacentro contou com a colaboração financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e com a colaboração operacional de entidades de classe dos professores. O projeto está estruturado em três grandes ações:

1. Produção de um relatório, denominado Estado da Arte, sobre os estudos recentes acerca das condições de trabalho dos professores e/ou suas repercussões na saúde. Essa etapa está concluída e o relatório pode ser consultado no sítio eletrônico www.fundacentro.gov.br, na parte de publicações eletrônicas;
2. Realizar a Análise Coletiva do Trabalho ou seja, analisar no que consiste o trabalho dos professores e no que este trabalho difere conforme as diferentes situações em que é praticado. A aplicação deste método de pesquisa já foi realizada nas cidades de São Paulo (SP); Salvador e Vitória da Conquista (BA); Teresina, Água Branca, Picos e Luis Correa (PI); Campo Grande (MS); Belém (PA); e Porto Alegre (RS). A pesquisa no Piauí já foi publicada. Sobre o método Análise Coletiva do Trabalho, ver Ferreira (1993).
3. Publicação e distribuição de livro, com os resultados finais do projeto.

Boxe 2: A Educação Básica no Brasil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a LDB (Lei nº 9.394/96), a educação escolar compõe-se da Educação Básica e da Educação Superior. A Educação Básica compreende três níveis de ensino: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, e será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Maternal e Jardim, termos que aparecem nos depoimentos dos professores, são designações que muitas escolas utilizam como divisões da Educação Infantil.

O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na escola pública, antes com a duração de oito anos, com a Lei nº 11.274, de 2006, passou a ser de nove anos, iniciando-se aos 6 anos de idade, medida a ser implantada, em todo o Brasil, até 2010.

Já o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, terá a duração mínima de três anos, a que se segue o Ensino Superior.

A LDB preconiza, ainda, a oferta das seguintes modalidades:

- a. Educação de Jovens e Adultos (EJA), que será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.
- b. Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
- c. Educação Especial, modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.

Boxe 3: O Curso Normal Superior

O curso Normal Superior, de nível universitário, era destinado à formação do professor para o Magistério da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Atualmente, esse curso acha-se em extinção, já que a partir de 2006 a formação de professores para os referidos níveis de ensino ficou ao encargo dos cursos de Pedagogia.

Na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Campo Grande, o ingresso de alunos no curso Normal Superior deu-se, pela primeira vez, em 2000 e a última em 2006. A licenciatura destinava-se a formar professores que se achavam no exercício da profissão, vinculados às redes públicas de ensino, ainda não titulados. O curso, com duração de quatro anos, era realizado sob a forma de módulos, com a concentração das aulas nas sextas-feiras e sábados, o dia todo, quinzenalmente. A carga horária total do curso era integralizada mediante a execução, pelos alunos, de atividades práticas nos seus locais de origem, nos intervalos entre os períodos de aulas. Essa forma de organização curricular possibilitava ao público-alvo conciliar os papéis de professor e aluno, atraindo pessoas de diferentes regiões do estado a Campo Grande, bem como a outras cidades do estado, onde o Normal Superior era oferecido.

A partir de 2004, com a instituição de cotas para negros e indígenas, a presença de representantes dessas parcelas da população no corpo discente desse curso tornou-se mais significativa.

O Estado de Mato Grosso do Sul

Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul, com uma área de 357.124,962 km², possui fronteiras com a Bolívia, o Paraguai e com os estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ de 2007, a população total do estado era menor que a da cidade do Rio de Janeiro, com 2.265.274 habitantes, dos quais 724.524 viviam em sua capital, Campo Grande.

Entre os municípios de residência dos professores participantes desta pesquisa, Campo Grande era o mais populoso; seguido por Três Lagoas, com 85.914 habitantes; Miranda, com 23.965; Anastácio, com 22.364; Ribas do Rio Pardo, com 19.159; Terenos, com 14.458; Rio Negro, com 4.961; Rochedo, com 4.346; e Corguinho, com 4.165 habitantes.



Figura 1 - O estado de Mato Grosso do Sul no Brasil

³ Site Cidades @, IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

Assim como na maioria das cidades brasileiras, a educação básica em MS é predominantemente pública. Nos gráficos a seguir, com dados do Censo Escolar INEP 2007, podemos visualizar a relação entre o número de matrículas no ensino público e no ensino privado para todos os níveis de ensino da Educação Básica (Educação Infantil - pré-escolar e creches, Ensino Fundamental e Ensino Médio - 1^a a 4^a e 5^a a 8^a séries) nos municípios de origem dos professores:

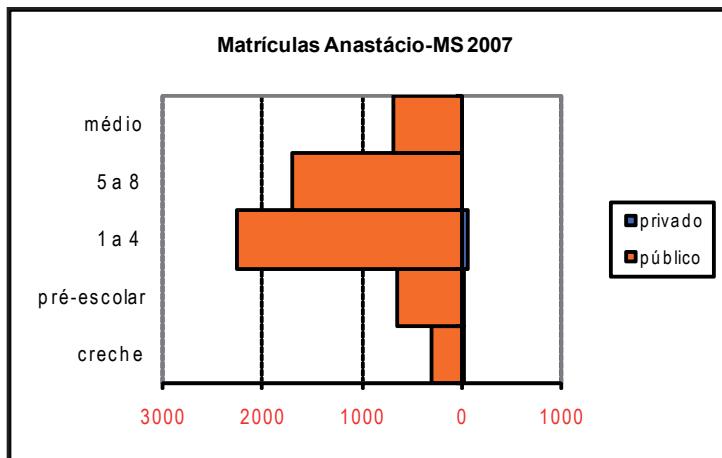


Gráfico 1 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no Município de Anastácio, em 2007

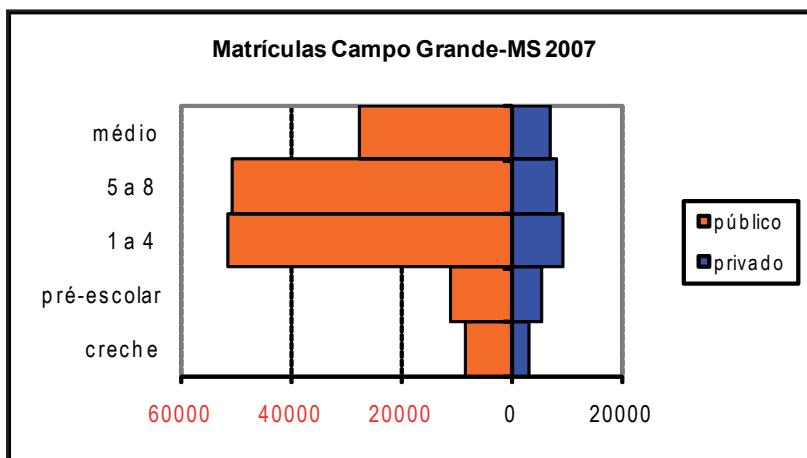


Gráfico 2 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Campo Grande, em 2007

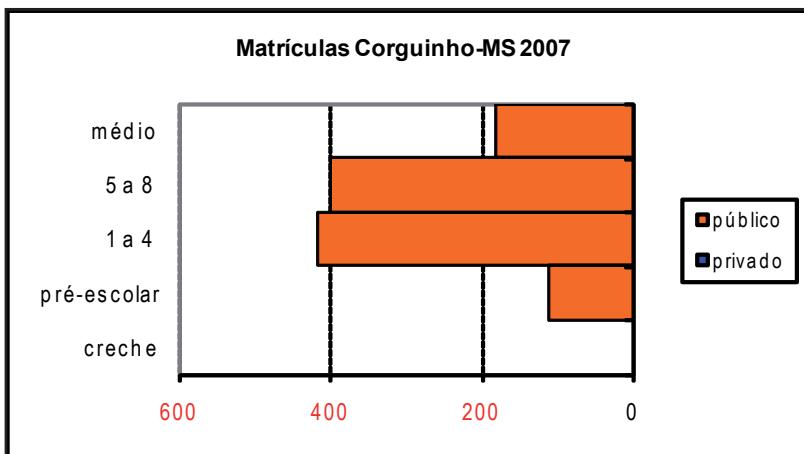


Gráfico 3 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Corguinho, em 2007

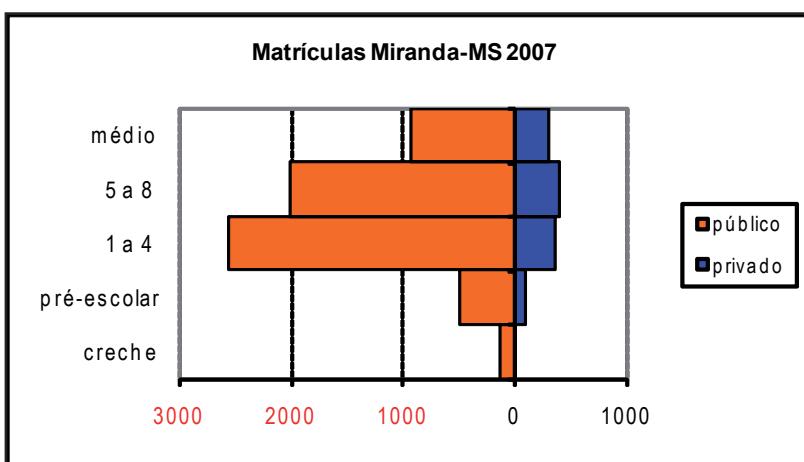


Gráfico 4 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Miranda, em 2007

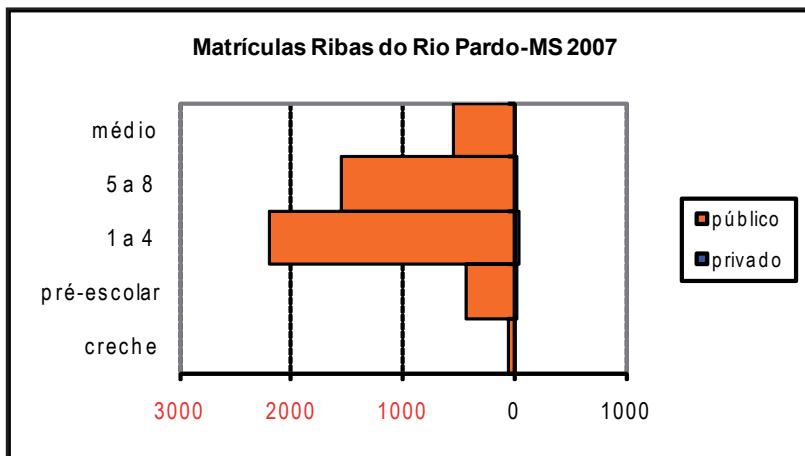


Gráfico 5 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Ribas do Rio Pardo, em 2007

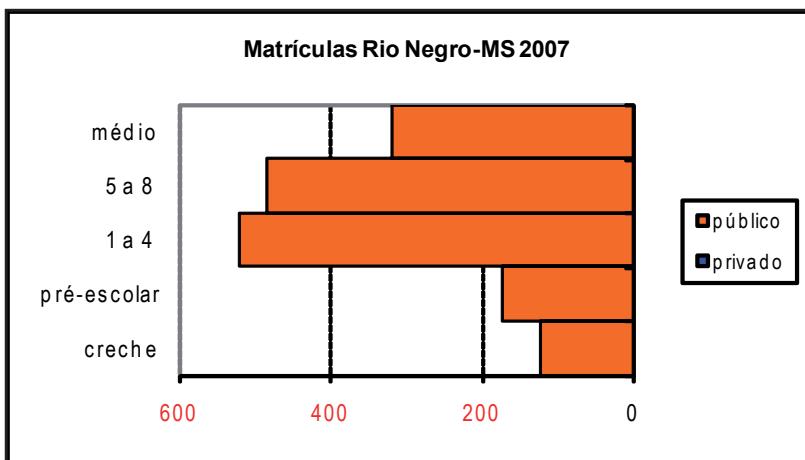


Gráfico 6 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Rio Negro, em 2007

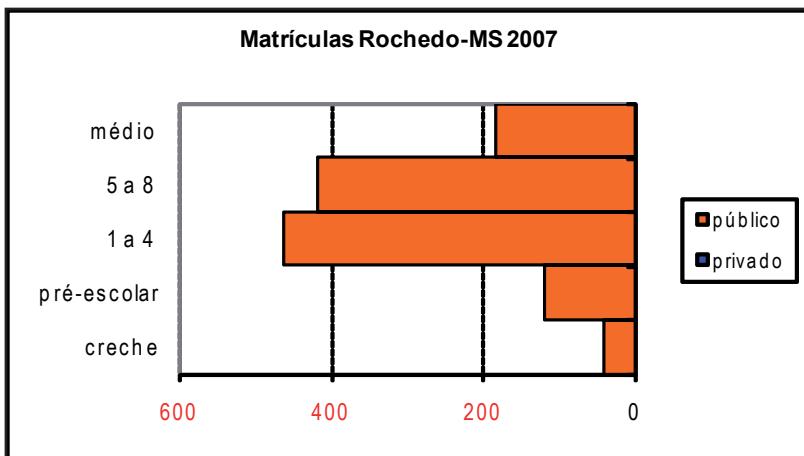


Gráfico 7 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Rochedo, em 2007

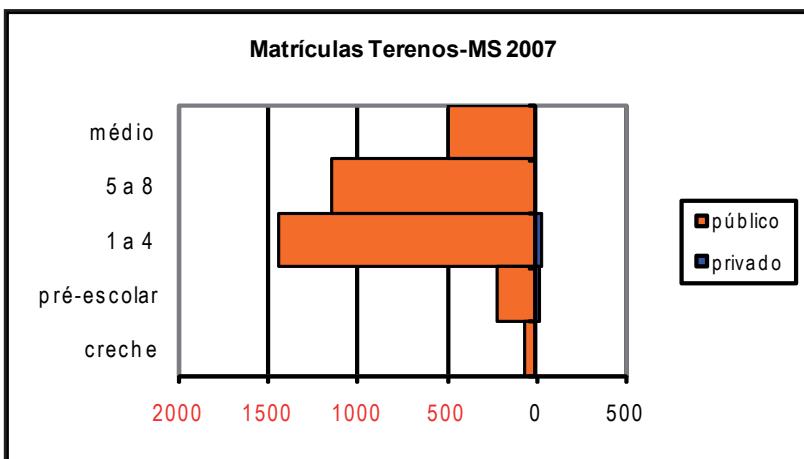


Gráfico 8 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Terenos, em 2007

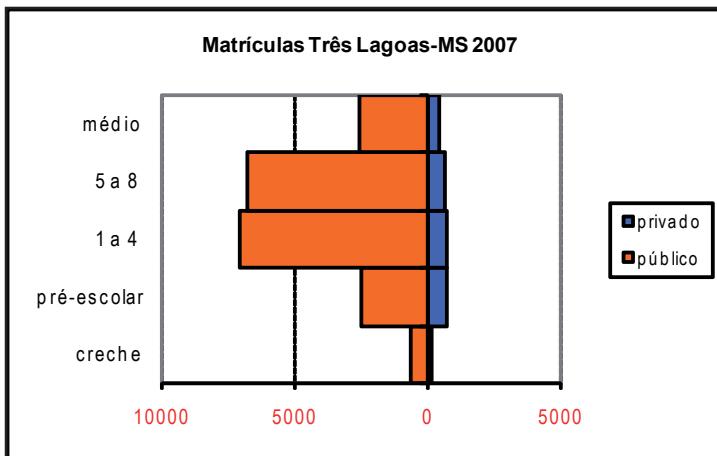


Gráfico 9 - Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas, segundo nível de ensino no município de Três Lagoas, em 2007

Fonte: INEP, Censo Escolar 2007.

1. Manhã, tarde e noite de aulas de três professores

A manhã da “tia” Gisele⁴

Todo dia a “tia” Gisele, como os alunos gostam de chamá-la, tem que chegar bem cedo na escola, antes das sete da manhã. Ela toma o seu primeiro cafezinho do dia lá mesmo, e às 6h45 já está na sala de aula. A primeira coisa que faz é pegar a agenda que as crianças *colocam em cima da mesa, e ver se não veio recado dos pais.* Depois pega a tarefa que elas trouxeram de casa, *recolhe o lanche, leva os perecíveis para a geladeira e termina de esperar todo mundo chegar. Faz a chamada, a rodinha, canta uma música, introduz o conteúdo, e eles vão para a mesa fazer a primeira atividade.*

Passado esse tempo, chega o horário do lanche deles. Ao terminarem de comer, a professora *vai com eles escovar os dentes. Logo a seguir, começa o horário de parque, do pátio, e depois voltam para a sala novamente.* Alguns alunos vão para a atividade extra. Para os que ficam na sala, passa-se a segunda atividade. A professora introduz o conteúdo com cantigas e, logo após, às 11h45, as crianças guardam na mochila a pasta de tarefa, a agenda e sobem com a professora Gisele para a saída. Lá, ela permanece até que todos sejam chamados para ir embora.

E assim se foi mais um dia de aula de uma criança que estuda numa escola particular de Educação Infantil em Campo Grande. Para a professora Gisele, foi-se apenas a metade do seu dia de trabalho. Chegou a hora de almoçar e se preparar para a próxima turma.

⁴ Os nomes não são verdadeiros, para preservar a identidade do professor e dos alunos, conforme as regras da Análise Coletiva do Trabalho.

A tarde do professor Aurélio

A manhã já foi de trabalho, mesmo que ele não tenha saído para trabalhar. Precisava corrigir as tarefas da aula passada, organizar a matéria e as tarefas da aula do dia. Às 13h em ponto, o professor Aurélio tem que estar na escola para começar a aula de Matemática na 7^a série, a primeira das cinco aulas que ele vai dar naquela tarde. Na verdade, ele costuma chegar 10 minutos antes para organizar o material e tomar um cafezinho.

Tocou o sino, todos entram na sala e o professor já tem que ir arrumando os alunos nas carteiras certas, trocando alguns de lugar para que conversem menos entre si. *Nesta 7^a C é uma mistureira de aluno, só tem aqueles alunos grandes de 16, 17 anos. Esses alunos grandes são o terror! Não têm jeito!* Mas, o professor já sabe quem é que conversa mais, aquele que é mais bagunceiro, a menina que só quer saber de mexer no celular, namorar e que influencia as outras. Tem que arrumar todo mundo: *"Claudia, sai de perto da Elisa, André, senta para cá. Antônio, vem sentar aqui na frente"*. Feito isso, chama a atenção do pessoal para aula com um grito, que a classe não tem calma e nem paz: *"Ô moçada, vamos sentar?"*. Agora, tem professor na classe, é hora de ficar quieto e prestar atenção. Até a classe ficar organizada e pronta para a aula, já se foram 10 minutos. Restaram, então, 40 para corrigir a tarefa e ensinar a próxima matéria programada para aquele dia. *Aí se começa a aula.*

Se o aluno não fica quieto, ou seja, não faz o que o professor pede e ainda atrapalha quem está fazendo, fica difícil. Então, o professor tem que impor a sua autoridade mostrando quem é que manda, ou tem que ficar amigo do aluno. *Nesta classe tem um menino que fica assobiando. Você vira as costas e ele está assobiando.* Da primeira vez, o professor Aurélio o expulsou da sala: *"Olha, você vai sair da minha sala agora. Você vai embora!"*. Mas, agora, ele inventou outra técnica: *"Ô Antônio, você vai estragar a minha aula... Colabora..."*. No grito não resolia, precisou ficar amigo. Assim, ele consegue dar uma aula de 50 minutos. Na sua escola, as aulas compreendem 55 minutos, mas o professor dá cinco aulas numa tarde: três de 50 minutos e duas de 40, com 10 minutos de intervalo para um cafezinho.

Agora, já dá para começar a ver a tarefa. O professor passa de carteira em carteira dando visto no caderno de quem a fez. No final do mês, ele vai contar quan-

tos “vistos” têm no caderno: quem tiver todos, pode ganhar dois pontos na nota. “Ah, professor, não deu tempo de fazer, mas eu copiei”. Tudo bem, pelo menos prestou atenção e copiou; já adiantou o processo de corrigir. Porque corrigir mesmo, é na lousa. Não dá tempo de corrigir cada caderno. Na verdade, esse “visto” já faz parte da avaliação do aluno. A coordenadora disse que não é para avaliar o aluno só pela prova, mas para observar o que ele faz durante a aula e as outras atividades. Por isso, a tarefa vai servir também como uma parte da avaliação.

Na lousa, o professor vai fazendo a correção dos exercícios, explicando e perguntando para os alunos como se faz: “xis vezes xis dá quanto?”. E eles vão respondendo junto com ele. Tem uns alunos aplicados que fazem, outros copiam a resposta pronta. Restaram 30 minutos para isso. Será que vai dar tempo de passar a próxima matéria?

Toca o sino novamente. Ele troca de sala, não sem antes passar na Secretaria e beber uma água para molhar a garganta. A próxima sala é logo ali ao lado, outra 7^a série. Nessa, ele vai correr menos porque tem duas aulas seguidas. Mas, ao mesmo tempo, é cansativo *porque você fica 1 hora e 40 minutos numa sala onde os alunos, num primeiro instante, estão motivados, mas depois perdem a motivação, fica uma confusão e você perde o comando*. Nesse caso, é maior o desafio de manter a atenção deles na aula e impedir que se distraiam. *Tem que manter o controle da classe, isto é, os alunos têm que fazer o que você pede. Se você não consegue aplicar um comando, a cada hora que você está explicando, você olha para trás e vê alguém conversando. Tem professor que fica brigando, recolhe os celulares de todos para que não se distraiam, mas aí você perde muito tempo. Eu não faço isso. Já se perde tempo olhando, arrumando, você ainda vai guardar celular de aluno?* É melhor pedir ao Conselho de Classe para a mãe não deixar o filho trazer celular, que, aliás, nem tem crédito. Eles só ficam brincando mesmo; conversando e colocando apelido um no outro: “Ô poia! Ô gordo! Ô oca! Ô sujo!” E o que tiver... Daí você tem que pedir: “Ô moça, deixe-me dar minha aula! Você já é adolescente e fica atrapalhando minha aula? Tem gente querendo aprender. Posso continuar?”.

E assim se vai a tarde inteira.

A noite do professor Jair

O professor Jair dá aulas de Física e Química. *Passa a noite inteira na lousa, conversando com a classe de costas, porque você tem que ir fazendo o cálculo. Chega em casa puro giz, o cabelo todo giz, o braço todo giz.* Mas, como ele tem uma aluna surda, *não pode dar aula de costas para ela. Você tem que fazer o cálculo, voltar e falar de novo. Você tem que se posicionar para ela e falar.* A aluna é deficiente auditiva total.

No começo do ano estava difícil manter a matéria em dia, *porque o professor não estava conseguindo cumprir a carga.* O professor Jair sempre passa uma projeção do que ele vai dar no dia, e naquela sala ele não conseguia cumprir por ter que fazer duas vezes o mesmo processo. Mas, neste ano, a escola, em consonância com o decreto⁵ sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), colocou uma professora intérprete na sala de aula. Enquanto o professor Jair está explicando, a professora intérprete está passando o código falado para a menina, que presta atenção na professora intérprete.

Quando a aluna não entende parte da matéria, essa professora anota as dúvidas e as leva ao professor Jair. Então, ele senta com ela num intervalinho, geralmente no horário da tarde, e faz o cálculo, ensina da onde saíram aquelas contas... para que elas estudem juntas na manhã do outro dia e se preparem para a próxima aula.

⁵ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o art. da Lei nº 10.098/2000, que dispõe, dentre outros temas correlatos, sobre a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

2. Os alunos

Os professores trabalham com pessoas o tempo todo. Pessoas bastante diferentes deles que, na maioria das vezes, não estão ali por vontade própria, mas que são nada menos que a razão de ser do seu trabalho: os alunos. O trabalho do professor só faz sentido se ele tiver para quem ensinar, e quando os alunos não querem aprender, tudo se torna muito mais difícil.

O professor de Matemática que trabalha com adolescentes tem a sua expliação:

Trata-se de pessoas em formação física e psicológica intensa, e toda aquela carga que eles têm, eles levam para dentro da escola. Parece que no momento em que eles estão juntos, que é na sala de aula, é que a coisa explode mesmo. Eles estão com mil coisas fora, o pensamento não está ali. E isso nos deixa numa situação angustiante. Nós queremos trabalhar; temos aquela situação da escola que quer que a gente passe conhecimento, e eles não estão ali para aceitar.

Os alunos influenciam diretamente o trabalho do professor, o que faz com que os professores pensem muito neles. Eles observam seus alunos tentando descobrir o porquê deles se comportarem mal, o que pode estar atrapalhando um determinado aluno a aprender a lição e qual a melhor maneira de conseguir a sua atenção. Notam quando estão tristes, quais os problemas de aprendizagem que existem, procuram saber a atividade que eles mais gostam, etc. Os professores têm que conhecer seus alunos para poder entendê-los e saber do que eles precisam. Mas como buscar compreender os possíveis problemas de tantos alunos?

Turmas de 28 até 50 alunos foram mencionadas. Sendo as turmas numerosas e variadas, na avaliação dos professores, fica difícil dar atenção a cada aluno. Isso é um problema, porque quase todos querem uma atenção especial da “tia” ou da “fessora”. E para isso vale bagunçar, mexer no celular, fazer perguntas bobas, bater nos colegas, colocar apelido no outro e até no próprio professor.

Na sala de aula, os professores se relacionam com várias pessoas diferentes ao mesmo tempo. É uma relação na qual eles estão distantes devido às gerações a que pertencem (com exceção da Educação de Jovens e Adultos), mas, muito próximos, por estarem juntos todos os dias. E desigual, também, já que possuem o conhecimento que os alunos precisam obter. Numa classe de repetentes, essa complicação de trabalhar com muitas pessoas de uma vez é maior porque pode haver muita diferença de idade entre elas, como na 5^a série de uma pequena escola municipal rural que tem meninas de 10 anos e meninos de 16.

Os alunos estão ali para aprender, supostamente. Mas há alunos que vão para a escola porque lá é um lugar onde vão poder comer. Há, também, os que vão para a escola porque não podem ficar sozinhos em casa, os que querem a atenção de um adulto, os que preferem trabalhar, mas vão para a aula obrigados pela família; há os alunos portadores de necessidades especiais, que precisam de ajuda para realizar atos cotidianos como ir ao banheiro, comer, andar, escrever; há alunos de todo jeito e de vários lugares: da cidade, da fazenda, do assentamento da Reforma Agrária, do acampamento e todos eles podem estar na mesma classe. O professor tem que se adaptar a trabalhar com a companhia dos anseios, das demandas, dos problemas sociais, de um mundo de idéias e de emoções que os alunos trazem consigo para, então, seguir seu trabalho de ensinar.

Alunos do campo

Nas escolas dos municípios pequenos que atendem tanto alunos da cidade quanto do meio rural, o perfil dos alunos é mais variado:

O filho da família classe média estuda com o carente e é até interessante, mas complicado, porque cada um traz uma informação diferente. Você pega uma criança que veio da classe média, que tenha mais informação e acesso

à tecnologia e pega uma criança mais carente, que não tenha acesso a tudo isso. Para trabalhar na sala de aula, vira aquela complicaçāo... Mas depois se torna natural. Essa mistura de alunos de realidades sociais diferentes é mais um fator a ser considerado na hora que o professor planeja sua aula, principalmente para o professor das séries iniciais.

Porém, este professor que nos fala percebe diferenças de aprendizagem entre um e outro: *Os da zona urbana acabam produzindo mais.* Aqui se abre uma discussão: será que o aluno do meio rural sabe menos?

Professor 1 - Por exemplo, a criança que vive na zona rural, ela vem desprovida de qualquer informação. Ela não lê revista, ela não vê um jornal, mal ouve um rádio, mal assiste televisão, ela dorme cedo... Agora, a criança da cidade, mesmo que ela não tenha um computador, ela assiste televisão. Ela está acompanhando, está bem informada (...).

Professor 2 - Eu não vejo assim, que o aluno da zona rural tenha essa falta de informação. A informação dele é diferente. Quando eu dou aula de Matemática e vou fazer um cálculo de área, ele já pensa logo no quê? Numa fazenda! Com uma criança da zona urbana, eu vou calcular área de algo parecido com algum terreno. Então, eles têm informações, só que a informação é diferente, cada um tem a informação necessária naquele convívio dele, naquela sociedade onde ele está inserido.

No campo não se trabalha da mesma forma que na cidade. Em geral, as escolas dos assentamentos têm uma estrutura física mais pobre que as escolas urbanas: *a estrutura física do colégio são dois pavilhões sem nada; não tem lugar para fazer atividade física, tem só capim em volta.*

Mas, por outro lado, no campo tem muito o que se ver:

É claro que quando parte para a questão de ciências, nós temos uma vantagem muito grande em relação à cidade. Se você vai trabalhar com o ecossistema, você pode levar os alunos para fora. Lá na nossa escola, no fundo tem uma reserva: você pode colocar cada aluno ali para pesquisar quais tipos de vida que ele encontra naquele metro quadrado de área, aí já entra a Matemática... Então, se torna mais fácil, por esse lado, trabalhar.

É por isso que ambos os alunos têm “informações”, tanto o da zona rural quanto o da zona urbana. Na aula de ciências, por exemplo, do aluno da zona rural, ele vai ver a árvore no livro e já vai ligar à árvore que ele conhece, aos animais que ele conhece.

No assentamento, há a oportunidade de aprender as coisas na prática, de uma maneira que na cidade não poderia ser.

Lá de frente à escola, tem aviário que é a criação de frangos para o abate, tem a sericicultura [criação do bicho-da-seda], tem o trabalho com leite... Então, eles ficam maravilhados de estar num lugar que só viam nos livros. Lá, a gente leva ele para o concreto, para ele ver como que é o trabalho.

Trabalhar longe de casa

Mas ter que ir dar aula no campo, para a maioria dos professores, acaba sendo uma grande desvantagem. São poucos os que moram no campo, de forma que a maioria tem que viajar todos os dias da cidade para a área rural, por estradas ruins e em condições desconfortáveis, sacolejando num ônibus velho. Tem que se levantar 4h para preparar as coisas para poder ir trabalhar, como conta o professor do Ensino Fundamental da rede pública municipal:

Para ficar o dia todo fora de casa, tenho que levar pertences pessoais e tudo o mais. Pego o ônibus da prefeitura às 5h, faço um percurso de 1 hora e 40 minutos até chegar à escola. Chego em média às 6h30 e aí começo a rotina diária de sala de aula.

O acesso às escolas rurais é muito difícil, tanto para professores como para alunos. Alguns professores optam por residir próximos à escola, como numa pequena comunidade quilombola⁶, na qual a professora dorme na casa ao lado da escola. Quando precisa ir à universidade assistir às aulas, em Campo Grande, ela tem que ir até a vila mais próxima, pegar uma carona de carro até a sede do município para, aí sim, pegar o ônibus que, finalmente, a levará até Campo Grande. E assim mesmo, tem muitas dificuldades para chegar até lá:

A estrada para Campo Grande não tem condições. Passei de moto segunda-feira à tarde lá e tomei três tombos antes de chegar aqui. Eu nem passei na escola, porque, devido à chuva que deu, eu tive que suspender as aulas.

Essa parece ser uma dificuldade comum a todos que dão aula no campo. Um professor que já trabalhou na cidade, tanto na rede pública municipal quanto na rede pública estadual e em assentamento, diz que o mais difícil foi neste último, por causa da distância que tinha que percorrer. Ele saía de casa às 17h e chegava às 19h20 cansado da viagem, para, então, começar a aula. Estava de volta em casa já no dia seguinte, à 0h40.

Os próprios alunos enfrentam dificuldades para chegar às escolas.

[No início do ano], as crianças ficaram mais de mês sem comparecer à aula devido à estrada. A situação é complicada. Este ano, se continuar chovendo como está agora, vai ter que ser pensado um jeito, porque não está havendo condições de transportar os alunos.

Em municípios que ficam na área do Pantanal – que ocupa boa parte de Mato Grosso do Sul (veja boxe 4) – é comum as aulas serem suspensas em períodos de muita chuva, pois o transporte escolar não consegue vencer os obstáculos de uma estrada onde carro não passa e ônibus atola.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a maior parte das escolas da zona rural ficou sob a administração dos municípios, os responsáveis pela oferta do Ensino Fundamental, que é obrigatório pela Constituição Federal. No entanto, a maioria das escolas rurais mantidas por municípios oferece ensino somente até a 4^a série. O aluno que quiser completar o Ensino Fundamental tem que se deslocar para uma escola na zona urbana do município. Pode ter que caminhar quilômetros até a estrada para, enfim, pegar o ônibus e viajar por mais algumas dezenas de quilômetros.

Na pequena comunidade quilombola citada por uma professora, até bem pouco tempo, era normal os alunos estudarem somente até a 4^a série, pois a es-

⁶ Comunidade constituída de descendentes de escravos refugiados em quilombo.

cola não oferecia Ensino Fundamental completo. Quando esta pesquisa foi realizada, o município oferecia transporte escolar apenas até a escola de Ensino Fundamental completo, que fica em um pequeno distrito com pouco mais de três mil habitantes. Antes, nem transporte havia. Essa escola está a 44 quilômetros da comunidade onde moram as crianças, mas se leva três horas de viagem por estrada de terra para chegar lá.

As escolas rurais geralmente são pequenas; têm apenas uma ou duas salas de aula. Mas a escola da qual falamos há pouco é considerada uma escola-modelo. É a maior do nosso município. Ela está numa vila, mas é imensa. É municipal, mas também é utilizada pelo governo estadual para o Ensino Médio. Recebeu investimentos de um programa do Governo Federal, em parte, financiado pelo Banco Mundial, que foram aplicados na melhoria da sua estrutura física. Foi planejada para ser a escola modelo do estado. No entanto, os professores não a consideram um modelo porque não houve investimento *no pedagógico*. Para os professores, poderia ter havido contratação de mais professores, capacitação, incentivos para melhorar a qualificação com o oferecimento de cursos de graduação, por exemplo, como foi prometido. Mas:

Só foram construídas as salas, e acabou. Foi montado o laboratório, temos computador, sala, biblioteca, tudo. O espaço físico está muito bem montado. Só que não recebemos treinamento. Hoje, tem equipamento que o pessoal não sabe como utilizar. E acabou o projeto. Simplesmente o projeto desapareceu. Falta professor. E o município alega que não tem verba para manter toda essa estrutura porque teria que praticamente dobrar o quadro de docentes; e que não tem condições de manter essa escola funcionando.

Mesmo com transporte para essa escola, o abandono dos estudos é frequente. Então, para que as crianças não tenham que viajar todos os dias por mais de três horas, o transporte escolar passou a ser oferecido somente três vezes por semana (Veja Boxe 5). Trata-se, segundo os professores, de uma proposta pedagógica estrangeira, copiada pelos municípios da região, numa tentativa de reduzir a evasão escolar. Nessa proposta diferenciada, ao invés de irem à escola de segunda à sexta, vão por três dias seguidos em período integral. *Apenas nestes três dias vão e*

voltam. Saem por volta de 4h e retornam às 5, 6h da tarde. Com isso, o município reduz o gasto com transporte escolar e o cansaço dos alunos:

Você iniciava o ano letivo com 200 alunos e terminava com 50. Porque não tinha possibilidade: cinco dias, ter que levantar 3h da madrugada, 4h, passar fome, sede, pegar estrada e dificuldade... Então, buscaram essa alternativa.

Em outro município, localizado no Pantanal, é um pouco diferente, porque lá as aulas ocorrem em dias alternados:

Temos grandes dificuldades para que as crianças venham até a escola para ter esse conhecimento. São 150 quilômetros de distância entre a escola e a cidade. Elas vêm de ônibus, de kombi, de várias regiões também, porque é zona rural. Tem crianças que levantam 4h, 4h30, e assim por diante. Eu trabalho segunda, quarta e sexta [na escola]. Terça e quinta, é semipresencial.

Na terça e na quinta, as crianças não vão para a escola, mas têm que fazer em casa as tarefas que o professor passou, embora dificilmente as façam, pois a própria família não tem o conhecimento para estar auxiliando a criança. Então, às vezes, ela leva uma tarefa que traz de volta sem fazer.

Se precisarem, os alunos podem receber o professor ou o coordenador pedagógico em casa. Na escola municipal, a área rural a ser atendida é dividida em regiões e, se em uma dada região há crianças que têm dificuldades de aprendizagem, a coordenadora vai até a residência da criança para fazer o acompanhamento:

De repente, a criança não tem aquela simplicidade de falar para nós qual é a dificuldade de aprendizagem dela. Em casa, não tem quem a ajude, então, é bom que haja esse acompanhamento, pois a maior dificuldade que eu vejo em relação à aprendizagem da criança, além da falta de conhecimento, de informação dos pais, é a desestruturação familiar.

Já na opinião de outro professor, esse esquema de aula em três dias, ao invés de cinco, serve para beneficiar o município e o professor, mas não o aluno. O município reduz os gastos com transporte escolar e número de deslocamentos do

professor, mas o aluno continua sem boas condições de aprendizagem. Está certo que nesses únicos três dias a criança fica na escola de manhã e de tarde, mas isso não significa que ela esteja “rendendo”.

Depois do almoço, a criança não tem mais proveito, porque ela levantou cedo, entrou naquele carro, andou não sei quantos quilômetros... Depois do almoço tem criança que se debruça em cima da mesa e dorme. Então, no período que se segue ao almoço, não adianta você querer dar matéria porque você não aproveita aula nenhuma.

No caso de outro município que adotou o mesmo esquema, mas em dias alternados na semana, dificilmente os alunos conseguem retomar o aprendizado de onde pararam no dia anterior, não obtendo boas notas nas provas. Até se esquecem de que tinham prova, caminham para a repetência:

Na semana passada, eu ia dar a prova na terça-feira. Quando chegou na terça-feira cedo, antes de bater o sino, a menininha estava lá chorosa na porta: “Professora, vai ter prova? Eu me esqueci de estudar para a prova...” Então, a família não olha o material; a própria criança esquece porque são muitos dias sem estar na escola. Fica sexta, sábado, domingo, segunda, quando chega na terça-feira, você tem que começar tudo de novo.

Em alguns casos não há jeito, e o ano letivo é encerrado mais cedo, mesmo tendo aula somente três dias na semana.

Por causa dessa ida e vinda na chuvarada, nós tivemos um dia atolado. Ainda conversei com o motorista: “Olha, eu acho que você tem que mudar o caminho, não dá, não vamos passar...”. Eu falei para o pessoal: “Não vamos, eu estou vendo que está para chover...”. Eles falaram para mim: “Nós temos que ir, que os alunos estão esperando lá”. Além de nós atolarmos, não tinha como tirar a kombi, nem passar ninguém. Estava todo mundo desviando do lugar. E naquele atoleiro nós ficamos até as 2h da manhã. Na metade do caminho, o que se faz? Não há nada a fazer, na noite, sem lanterna... Procurar um trator para tirar a kombi do lugar, para você voltar. Acontece com freqüência! Começa essa chuvarada, começa o dilema. É em todo local,

ainda mais no Pantanal. Quem estuda no Pantanal, eles suspendem a aula agora no mês de outubro. Os alunos não vão chegar, não adianta que eles não vão chegar.

Pensam os professores que se houvesse a contratação de mais docentes, tudo seria mais fácil. Eles citam uma escola rural com salas de aula sem utilização. Com contratações, lá poderia haver ensino da 5^a a 9^a séries e muitas crianças não precisariam se deslocar para outros lugares. No entanto, a tendência é contrária: cada vez mais os alunos das escolas rurais estão sendo deslocados para as escolas da cidade, se querem continuar os estudos além da 4^a série do Ensino Fundamental. Isto é o que apontam relatórios sobre a educação rural no Brasil⁷ e também o que se percebe do relato de professores que dão aulas na cidade e têm muitos alunos da zona rural.

Boxe 4: O Pantanal

O Pantanal é uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, compreendendo uma área de 138.183 km nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, banhada pelo rio Paraguai e seus afluentes.

No período das chuvas, que vai de setembro a abril, muitas áreas ficam alagadas tornando as estradas intransitáveis e dificultando o transporte de pessoas, animais e mercadorias, que passa a ser feito no lombo de animais de carga e embarcações. Também a população residente em propriedades rurais e pequenas povoações conhecidas como “corrutelas” precisam utilizar barco e avião para chegar às cidades, pois as “corrutelas” localizam-se em áreas baixas e ficam isoladas dos centros de abastecimento durante os meses de chuva. De maio a outubro, essa paisagem sofre alterações com a época da seca.

No Pantanal, as principais atividades econômicas estão ligadas à criação extensiva de gado bovino, facilitada pela abundância de pastos naturais e pela água levemente salgada da região, ideal para esses animais.

⁷ É o que nos informam os relatórios produzidos por ANDRADE e DI PIERRO (2004).

Boxe 5: LDB – Ano letivo alterado

A LDB permite que se façam adaptações ao ano letivo de acordo com as características geográficas, climáticas, culturais e econômicas do lugar. Assim, é possível organizar um ano letivo independentemente do calendário “normal” do ano civil, porém, desde que se mantenha a carga horária necessária para completar 200 dias letivos em cada série do Ensino Fundamental, Médio ou da Educação Infantil. Diz a lei em seu art. 28: “Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, à peculiaridade da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural”.

Classes multisseriadas

Alguns dos professores que trabalhavam no campo nos contaram que tinham classes multisseriadas: alunos de séries diferentes na mesma classe, geralmente da primeira à quarta, do Ensino Fundamental.

Apesar de haver um curso de preparação para professores que trabalham com classes multisseriadas, todos concordam, inclusive os que não trabalham com esse tipo de classe, que nelas é mais difícil de se trabalhar, sobretudo no que diz respeito à alfabetização. Para uma classe com quatro séries, por exemplo, o professor tem que fazer quatro planos de ensino diferentes, um para cada série. Nós *andamos o dia inteiro dentro da sala*, pois há dúvidas diferentes em cada série e não se pode falar de uma vez para todos. São feitas, no mínimo, quatro explanações em cada aula. *Tem dia que eu chego em casa quebrada, porque, às vezes, não dá tempo nem de sentar um pouquinho...*

Uma das professoras conta que prefere organizar os alunos em pequenos grupos ou em fileiras, por série: *a fileira da 1^a série, da 2^a, assim por diante, porque assim fica mais fácil deles enxergarem o quadro*. Eles já sabem como ela vai trabalhar. A professora anota no canto do quadro qual é a série e o aluno vai copiando a lição.

Depois que todo mundo copiou, é hora de explicar. Uma explicação de cada vez. Enquanto um grupo aprende, o outro tem que ficar quieto. Eles têm que ouvir tudo, todos os conteúdos, de todo mundo. *Essa parte é difícil porque sempre tem conversa... Os falantes...* Depois a professora passa a tarefa na lousa. Enquanto ela escreve a tarefa da 4^a série no quadro, a fileira da 1^a série já está terminando de fazer a sua, embora tenha aqueles que nem sempre acompanham o ritmo, *tem sempre os enroladinhos...*

Há classes multisseriadas com 13 alunos, outras com 42. O que mais dificulta o trabalho do professor é quando a classe possui alunos das quatro séries. O professor que tinha 42 alunos distribuídos pelas quatro séries teve que reorganizá-los: agrupou os 21 alunos da 1^a série com os da 2^a e formou uma turma, alojando-a em uma varanda próxima à sala de aula. Precisava colocar em outro lugar esses alunos porque, ao invés de fazer suas lições, ficavam prestando atenção no conteúdo da 4^a série. As aulas dadas na varanda estavam sempre sujeitas a interrupções, já que aquela escola rural também era utilizada pela comunidade para outros fins. Quando os médicos do sistema público de saúde iam prestar atendimento à comunidade, por exemplo, era na escola que eles ficavam, assim como era na escola que aconteciam as reuniões da associação dos agricultores, dos moradores do assentamento, o “sacolão” (a feira de frutas e legumes), etc.:

Na comunidade só tem esse prédio até hoje. Nesse dia da semana que os médicos estão por lá, é muito difícil dar aula. As pessoas não desconfiam que estão próximas a uma sala de aula e vão para a porta da sala de aula. Os alunos se distraem com essa movimentação das pessoas.

Numa escola que não tinha, até pouco tempo atrás, nenhum tipo de divisória separando a sala de aula do pequeno saguão de entrada, o pessoal da comunidade aparecia lá e conversava com os alunos. Isso era um problema, *pois se tiver algum movimento na escola, tira a atenção totalmente das crianças*. Mais uma concorrência para o professor, que está sempre tentando conseguir a atenção dos alunos.

Alunos carentes

Infelizmente, os professores do ensino público têm que lidar com muita carência. A questão da alimentação dos alunos, por exemplo, é muito complicada. Quem dá aulas para crianças carentes sabe que antes das 9h será difícil trabalhar com atividades que exigem o seu raciocínio:

Quando dá 8h e eles não comeram nada, só tomaram um chazinho com bolacha na hora que chegaram à escola, acho que a pressão deles começa a baixar, o olhinho a fechar, e, aí, você tem que começar uma dinâmica! Você tem que rir, brincar, colocar disco, dançar uns 5 minutos, para depois continuar a aula; que não produz até as 9h. Depois das 9h eles tomam lanche, comem comida salgada, e ficam a mil por hora! Aí o problema é o contrário, chegam do recreio molhadinhos de suor. Você tem que levar no banheiro para lavar a mão e o rosto, “que agora vamos estudar”. Então, eu sempre deixo Matemática para depois do recreio.

Com esses alunos há que se ter calma, ir devagar, e ser mais do que professor. Se na sala de aula a autoridade é o professor, cabe a ele resolver os problemas que aparecem.

Para vocês terem uma idéia, a criança fala assim: “Professora, estou com uma fome...”, quando chega lá, dá ânsia de vômito. Ela fala: “Professora não quero comer” – deve ser verme, alguma coisa, que a criança, amarelinha, tem. Aí você leva o prato, conversa, dá uma água gelada, e a criança pega o prato, come e melhora na hora. É incrível o que a gente tem que ser. Você tem que dar uma de mãe, de pai, de tudo! Você tem que ser médico, psicóloga, você tem que pegar no colo, você tem que fazer tudo.

Para os professores, as crianças buscam na escola o que não têm em casa: não só comida, como também atenção:

Nós trabalhamos com alunos que têm uma desestruturação familiar muito grande, que não tem pai, com alguém que não tem pai e nem mãe, que mora só com conhecido, ou que mora com avós.

Numa escola no centro de uma cidade, já não tão pequena, os alunos entram na sala de manhã e logo perguntam o que vai ter de lanche. Pedem a toda hora para ir ao banheiro, que é próximo à cantina: “*Professora, acho que a comida já vai sair, já saiu cheiro ó!*”.

Diante deles, os professores se indagam sobre por que estão naquela situação, e principalmente, perguntam-se: o que fazer? Como dar aulas assim? Uma professora de educação artística tenta responder:

São crianças que vêm de toda parte. Crianças de pais meio desestruturados, meio andarilhos, que tinham andado em vários locais... Então aquela criança que chega para mim nasce sem estrutura nenhuma. São crianças carentes mesmo, sem estrutura emocional, perdidas. A impressão é que os pais estão perdidos, que vêm em busca de emprego e não encontram. O que eu vejo é assim. É difícil trabalhar assim, porque elas vão revoltadas para escola, aí a monitora briga com elas. São crianças pequeninhas, de pré, 1^a, 2^a série, que têm uma violência interna que parece que é a maneira como são tratadas pela vida. Elas estão colocando aquilo para fora.

Como fazê-los prestar atenção? Como não se abalar e continuar firme e disposto para o trabalho perante tanta tristeza? Os professores sugerem que deveriam receber acompanhamento psicológico, pois são profissionais que sofrem muita pressão e têm que resolver, imediatamente, situações de pessoas que, naquele momento, estão sob sua responsabilidade. O que o aluno precisar durante a aula, o que a situação exigir, o professor tem que resolver de alguma forma, principalmente quando ele não conta com uma equipe de trabalho (coordenador pedagógico, orientador educacional, psicólogo). Frequentemente, o professor se envolve com a situação e busca enfrentá-la como é possível:

Olha que eu tive que chamar um pai de uma menininha de seis anos, a primeira da sala, superinteligente, uma gracinha. A menina estava definhan-do, estava emagrecendo, estava amarelinha, com tosse... E eu via: todo dia mais ou menos umas 9h ela começa a chorar em silêncio, as lágrimas des-cendo... “O que você tem?” “Nada. Professora não tenho nada, não estou sentindo nada...” Você chega perto e ela está febril, com a mão gelada. E eu comecei a conversar com ela. Está fazendo dias que eu estou conversando. A mãe se separou do pai, está dando escândalo todo dia na casa quando a

menina chega, porque quer que a menina more com ela, mas como a mãe abandonou o pai por outro homem, o pai não quer deixar a criança ir. Então, eles fazem aquele drama perto da criança. E eu estou vendo que a criança está com problema. Ontem eu chamei o pai na escola para conversar. Expliquei: "Pai, a menina, está acontecendo isso, isso e isso...". Aí ele abaixou a cabeça e quando ele levantou, estava chorando. Ele falou: "Professora eu sei que está acontecendo tudo isso". Eu falei: "O que nós podemos fazer por ela? Ela está se sentindo sozinha, o senhor já perguntou se ela quer morar com a mãe? O senhor já pensou em arrumar uma companheira ou uma empregada em casa para olhar?" Ele falou: "Eu já pensei, mas eu não tenho coragem de colocar uma pessoa que eu não conheço dentro de casa". Aí eu falei: "O senhor não tem mãe, não tem irmã, não tem ninguém ?". "Tenho uma irmã, mas mora no estado de São Paulo. A única coisa que eu posso é esperar as férias, para mandar ficar com a avó". Aí eu falei: "Espera um pouquinho". Conversei com a diretora, e disse a ele: "A criança já passou ela não precisa mais de nota. Sabe ler e escrever, produz tudo. É a primeira da sala, a menina. Eu me responsabilizo pelo andamento da criança, eu posso dispensá-la. Venha só no dia de fazer a matrícula dela de segunda série. O senhor pode mandá-la para tua mãe". Aí ele falou: "Professora, a senhora tem razão". Hoje ele já resolveu levar. Quer dizer, de tudo isso, você tem que fazer o papel de colocar a pessoa na parede para ela acordar e ver o que está acontecendo. É difícil trabalhar em lugares assim, como a gente trabalha! Nós temos que fazer de tudo.

Alunos pequenos em uma escola particular

Na Educação Infantil, as professoras ajudam seus alunos a fazer tudo: ir ao banheiro, pegar no lápis, comer... Do Jardim 1 em diante, vão estimulando a independência deles, para aprenderem a fazer as coisas sozinhos. Essa é uma tarefa que os pais esperam da professora. No Maternal, as assistentes trocam fralda, mas no final do ano, a maioria já está usando os vasinhos, escovando os dentes depois do lanche. A maioria das mães já leva a criança com a intenção da escola tirar as fraldas.

Numa escola particular de Educação Infantil, há assistentes, nas salas de aula, que têm 20 crianças em média. *Mas já chegou a ter 26 alunos.* As assistentes são sómente para Maternal e Jardim 1. Do Jardim 2 em diante as professoras trabalham sozinhas. A sala de Maternal pode ter até 18 crianças, mas 15, para elas, seria o número máximo ideal, com o qual elas dizem que poderiam até trabalhar sem assistente.

Dentro dessa escola, todo o tempo das professoras é utilizado em aula. Também é cobrado delas a apresentação de um plano de ensino, e por isso têm que trabalhar em casa. A única “janela” (hora-aula livre no meio do expediente) que as professoras têm é a da aula de inglês, dada por outro professor, porque até a aula de informática – que, na verdade, consiste em abrir um programa de jogo para as crianças e, durante 20 minutos, cuidar delas enquanto jogam – são elas que dão.

É da opinião dos demais professores, dos outros níveis de ensino, que o trabalho da professora de Educação Infantil é dos mais importantes e deveria ser mais valorizado. Afinal, elas estão trabalhando *com crianças de um ano e meio a seis anos, que estão formando personalidade, uma coisa que é uma base de tudo.* Deve ser feito com muita responsabilidade, muito cuidado e carinho. O salário não deveria ser menor do que o dos professores do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, *porque é puxado para todo mundo.* Se a professora de Educação Infantil não tem diário de classe para levar para casa, ela leva serviços como *encapar caderno, fazer margem, figurinhas, coisas que no Ensino Médio não tem.*

Nesse trabalho *não dá para descansar um minuto, nem parar para conversar, porque no tempo em que a gente está conversando um aluno pode se machucar.* Elas têm que estar o tempo todo vigilantes, de forma que não dá para sair da sala em momento algum. *E não está errado isso, está certo. Só que às vezes a gente não pode nem tomar um copo d'água que a coordenação fica ali cobrando:* “*Você deixou a criança sozinha? Onde você estava?*”.

É cansativo sim, mas essas professoras gostam muito do que fazem. Gostam dos seus alunos, *do carinho que eles dão para gente, que é muito gostoso quanto ao desenvolvimento deles também.* É gratificante. Eles têm facilidade, desenvolvem-se muito rápido. Eu acho isso muito interessante, muito gratificante.

Alunos “difíceis”

Com alguns alunos é mais difícil de se trabalhar do que com outros. Há alunos especialmente agressivos, outros que bagunçam muito na classe e aqueles que não ficam quietos de jeito nenhum. Os professores da escola pública mencionaram a ocorrência desses “alunos difíceis” mais vezes do que os da escola privada.

O professor fica preocupado quando tem alunos assim, porque a responsabilidade por tudo o que acontece na sala de aula é dele. Na maioria das vezes, os professores sentem falta de orientações de outros profissionais sobre como lidar com as necessidades especiais que esses alunos podem vir a ter, como procederem em um momento de emergência ou, pelo menos, serem informados sobre se o aluno possui alguma doença e qual seria ela. Há casos em que os pais não se dispõem a informar ou não aceitam que seu filho possa ter problemas mentais. Por isso, alguns professores sugerem que haja um questionário sobre a criança quando ela ingressa na escola, para se saber com quem estão lidando.

Em um dos casos relatados sobre aluno com problema psiquiátrico, a professora contou que, além de pensar numa forma de fazer com que o aluno estude, ela precisa pensar também em como se proteger e zelar pela proteção dos outros que ali estão:

Eu tenho um aluno bem problemático... ele já até ficou na Febem. Ele é hiperativo, é agressivo, está no 7º ano. Nós tivemos uma reunião com o médico dele. Temos que ficar 24 horas cuidando dele, porque ele é assim: na mesma hora em que ele sorri para você, ele te dá um murro. E com os amigos ele não tem uma relação muito boa. Nós temos que tomar cuidado porque essa informação não pode vazar na escola. Os pais dos outros alunos não podem saber. Eu morro de medo dele. Eu acho que a escola tinha que ter uma psicóloga. A escola não tem uma orientadora que possa ajudá-lo, então sobra para nós, professores. Às vezes, a mãe não tem tempo de monitorá-lo todo dia antes de ele ir para a escola. Quando ele não toma o medicamento ele fica muito agressivo. Ele já chegou a agredir uma professora de Biologia em sala. Chamam ele de louco, de débil mental, e isso provoca nele uma reação... Às vezes, você tem que estar reprimindo a sala, brigando, cuidando de um,

cuidando de outro para não deixar ele ter essa reação nervosa. Às vezes, a gente brinca: "Vai para o 7º ano? Ih, cuidado que hoje o fulano não está bem". Você já entra na sala com aquele receio, e a escola não tem uma pessoa adequada para ficar na sala com ele ou alguém para cuidá-lo. O professor que entra é responsável por ele. É difícil.

Nas escolas da rede municipal de Campo Grande, há psicopedagogos, mas eles não dão conta de toda a demanda por atendimento. Na opinião de alguns professores, os psicopedagogos são profissionais de grande importância, pois são os que podem diagnosticar os casos:

Eu trabalhava com um aluno terrível que não fazia nada, e eu sempre brigava com ele e falava: "Poxa, rapaz, você não faz nada! Por quê? Você brinca, você conversa...". Aí, no finalzinho do ano sai: DM (deficiente mental). Um laudo. Como eu ia saber? Então, são vários problemas que os alunos trazem e nós desconhecemos.

Alunos repetentes

Difícil, também, é trabalhar com alunos repetentes. Há muita diferença de idade entre eles: tem os de 10 anos, os de 14 anos e os de 16, todos na mesma classe. Muitos são desmotivados e sabem menos que alunos de séries anteriores. Esses alunos tocam especialmente os professores, que ficam pensando o que podem fazer para que melhorem e parem de repetir o ano. Pensam que talvez os alunos não estudam porque não tenham esperanças, acham que não vão aprender, que *não servem para estudar*:

Eles começam a ver os pequeninhos que lêem, que eu tenho que fazer leitura, não tem como, essa leitura é com todo mundo. Quando comecei a fazer leitura com a Tereza [aluna repetente na 2ª série pela terceira vez], ela não abria a boca. "Você é uma pessoa boa, fala alto, eu não estou ouvindo sua leitura". Então, eles criam uma barreira. Ficam com tanta vergonha, porque eles estão ali já faz um tempo... Ficam com vergonha dos outros pequenos. Eles não assumem, não admitem que não sabem. Eles não querem aprender, não querem ter que mostrar que eles não são alfabetizados. Fica mais difícil para a gente trabalhar.

Não dá para somente passar o conteúdo, tem que animar o aluno para estudar, os professores pensam. A eles, resta tentar solucionar o problema da maneira que estiver ao seu alcance: conversar com o aluno, chamar os pais para conversar, ensinar a matéria e torcer para que ele aprenda. Às vezes, não adianta chamar os pais porque eles podem até piorar a situação. Uma vez uma professora chamou a mãe de uma menina que nunca fazia a lição de casa. Falou da importância da lição e cobrou que ela fosse feita. Não é que no dia seguinte a lição estava feita? Com a letra da mãe...

Outro ponto bastante criticado pelos professores presentes é o modelo de progressão do aluno em ciclos, e não em série, que foi implantado nas escolas estaduais em 2003. Isso se deu sem que fosse oferecida uma preparação adequada ao professor, *que nem sabia como é que trabalhava o ciclo*. Cada ciclo representa duas séries, de forma que a aprovação da 1^a série para a 2^a tornou-se automática, resultando, segundo eles, no fato de que muitos professores não se preocupavam em fazer com que o aluno estivesse escrevendo ao fim da 1^a série. O problema é que no fim do 2º ano, ou seja, no fim do ciclo, era freqüente os alunos ainda não saberem escrever. *Acontecia a repetência no final do primeiro ciclo. E para a escola não ter esse alto índice de reprovação, muitos eram classificados para o segundo ciclo com deficiência.*

Para os professores, uma boa parte dos alunos repetentes nem vê necessidade de ter estudo, pois quer trabalhar logo. Muitos estão ali porque, se não forem para a escola, sua família não vai receber o auxílio financeiro do Programa Bolsa-Família⁸. Depois de tantos anos repetindo séries e já sendo um adulto querendo se sustentar, um aluno disse para a professora: *"Eu nunca fui na escola para estudar mesmo. Minha mãe nunca percebeu que eu estou perdendo meu tempo. Eu não nasci para estudar. Eu vou trabalhar, vou ganhar meu dinheiro."*

⁸ O Bolsa-Família é um programa de assistência social do Governo Federal. Por meio da transferência direta de renda, ajuda famílias com renda mensal inferior a R\$ 120,00 por pessoa. Para receber o dinheiro, as famílias devem se cadastrar na prefeitura, serem selecionadas pelo critério de menor renda e cumprir com algumas obrigações. Por exemplo: no caso das famílias com crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, estes devem estar matriculados na escola e com frequência de, no mínimo, 85%. Os alunos entre 16 e 17 anos, devem ter freqüência mínima de 75%. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, "os valores pagos pelo Programa Bolsa-Família variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos".

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia, consultado em 5 de agosto de 2008.

Declarações como essas abalam os professores, que se demoram neste assunto durante a conversa. Ficam impressionados com a falta de interesse do aluno, e logo percebem que o trabalho diário de conquistá-lo e convencê-lo a estudar, tem que ser feito de maneira especial. Mesmo que esse trabalho de conquistar o aluno não dê certo, eles sentem que precisam fazê-lo.

O assunto da repetência está associado ao da desistência: dos alunos em estudar, dos pais em acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos, e por último, de muitos professores em persistir na tentativa de fazer com que seus alunos não desistam de estudar. Cada professor pensa numa solução para que o pior não aconteça. Uma das professoras acredita que, em alguns casos, se um aluno regular está prestes a repetir o ano, pode ser melhor não reprová-lo para que ele não se “contamine” com a desistência dos repetentes. Outra professora da segunda série da escola de uma pequena cidade do Pantanal conclui:

O processo da educação tinha que ser revisto nesse sentido da repetência. Porque a repetência retarda um tanto o interesse do aluno, que é um absurdo! Eu vejo isso na minha sala. Eu vou ter que reprovar metade dos meus alunos, que eu sei. Como professora, é difícil para eu reprovar, e eu tentei de todas as formas juntar esses alunos. Eu não posso repetir metade dos alunos, porque aí é o professor que está fora da sala de aula.

Reprovar é sempre a última alternativa. Não é bom para a escola também, que pode perder verbas por apresentar baixo rendimento dos seus alunos. Algumas escolas de Mato Grosso do Sul recebem dinheiro diretamente do Governo Federal (veja o Boxe 6) de acordo com a porcentagem de aprovações. Por conta disso, se em alguma sala de aula a meta de aprovações estipulada pelo programa federal não for atingida, o professor é cobrado pela Coordenação da escola: “*O que está acontecendo? O aluno está desaprendendo? Que professor o senhor é? O aluno tirando oito, agora está com sete? Está desaprendendo?*”

Não adianta o professor explicar para o coordenador que aqueles alunos que obtiveram notas mais baixas não conseguiram acompanhar o currículo porque precisavam de um reforço. Não há tempo para isso: é preciso cumprir o currículo da série atual e fazer com que passem de ano. Um professor chegou a contar que já foi *chamado e forçado a aprovar*.

A maioria dos professores efetivos da rede pública, ou seja, aqueles que têm estabilidade no emprego, foram enfáticos em afirmar que, *se o aluno não tiver nota, reprova mesmo. Eu nunca tive problema da direção me obrigar a passar aluno. Não tem condições, não vai. O professor que tem conhecimento, bate de frente com a direção e ele faz mudar isso. Mas ele tem que saber o que vai falar, o que vai argumentar.*

O compromisso é só do professor, disse uma professora do ensino público, que ainda reforçou: Para mim, a mesma postura que eu tenho em uma rede [municipal ou estadual] eu tenho em outra, e se for para uma escola particular, também vou ter.

Mas nem todos estão em posição de enfrentar a direção ou têm chefes que aceitam dialogar. Muitos professores da escola pública também temem perder o emprego, como é o caso dos professores “convocados”. Para estes que veem sua autoridade profissional confrontada, esse tipo de interferência direta no trabalho causa sofrimento. Dói tentar tantas vezes e ver o aluno continuar repetindo. Dói ser pressionado a fingir que está “tudo bem”, a agir contra a sua convicção aprovando um aluno que não tem condição. Dói, principalmente, perceber que ele pode estar sozinho nessa luta.

Hoje, eu não dou aula mais, parei no início deste ano. Sou concursado na Secretaria de Educação, tive proposta de retornar e estou terminando o Normal Superior. Quero o certificado, quero ter uma pós-graduação, mas dar aulas, não pretendo mais, porque, no decorrer desses praticamente 14 anos de magistério, eu fui parar na psiquiatria. Eu estava em tratamento no ano passado: três anos e meio de tratamento psiquiátrico. Eu culpava o desenvolvimento dos alunos... Acabei ficando doente. Fiquei afastado da sala. Eu queria solucionar o problema, os meus problemas e na verdade o sistema educacional na escola é que tem que ser revisto. Há muito tempo não tem verba para isso, e com um aluno repetente desses, não é o professor que é o problema. Os profissionais dizem que o problema dos alunos repetentes é preguiça. Não, não é preguiça, nós temos fases na nossa vida e o aluno não passou ainda daquela fase. Criou uma barreira. A gente pode até incentivá-lo, mas só no dia em que ele for trabalhar – que o grande sonho dele é trabalhar – e quando ele chegar no serviço e sentir falta do estudo, aí é que ele vai voltar a estudar, com 20 ou 30 anos talvez. E eu procurava a Secretaria Municipal para pensar nisso e nunca ouviam nossa proposta.

Tudo isso envolve os professores. Eles continuam pensando, em sua casa, naquele aluno que não tem sonhos. Ficam procurando uma maneira de mudar a situação, de fazer com que a classe tenha mais rendimento; ficam pensando no que estão errando.

Boxe 6: Financiamento da escola: FUNDEB e PDDE

De acordo com o sítio oficial do Ministério de Educação, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa do Governo Federal que presta assistência financeira às escolas públicas do Ensino Fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de Educação Especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas. O dinheiro desse programa faz parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação, que vem de um convênio do Governo Federal com o Banco Mundial. O valor da verba para cada escola (que deve ter no mínimo 50 alunos) é calculado com base no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental ou na Educação Especial informado pelo Censo Escolar do ano anterior ao atendimento. Porém, esse valor pode aumentar se a escola cumprir as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) sobre aprovação e rendimento escolar (nota), que são estipuladas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) todo ano, conforme o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. As escolas que conseguirem cumprir com o que pede o índice “receberão uma parcela extra de 50% do valor do PDDE.” A verba é paga anualmente em parcela única. Sobre isso, veja o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

Fonte: www.fnde.gov.br, acessado em 15.10.2008.

Alunos portadores de deficiência

Em nossas reuniões com os professores, o assunto da inclusão dos alunos portadores de deficiências em classes regulares gerou discussão, e não houve consenso. Mais de um professor pronunciou-se contra a inclusão. Eles alegaram que os demais alunos se distraem com o colega diferente, o que dificulta obter a atenção de todos. A convivência entre os alunos pode ser bastante conturbada:

Na minha visão, colocar uma criança deficiente numa sala de aula com quase 30 alunos é fazer ela servir de palhaço para os outros. Porque qualquer outra atitude que essa criança venha a ter, vamos supor, se a criança começar a babar, as outras crianças não vão ficar prestando atenção na aula.

Os alunos portadores de deficiência demandam atenção especial e instalações adequadas, como comenta outra professora:

Esse ano fui agredida por uma criança de oito anos de idade tomando medicamento. Eu não sou a favor da inclusão porque já trabalhei na Educação Especial com autista, com portadores de paralisia cerebral, conheço as limitações e sei dos espaços físicos e técnicos necessários dentro de uma escola e que as escolas públicas não têm.

Para outra professora, também de escola pública, o aluno portador de deficiência *tem que ter uma pessoa específica para ele, que tenha curso naquela área*. Não é necessário que ele tenha aulas dentro da mesma sala de aula dos alunos regulares, pois *na hora do recreio ele sai e vê os outros alunos. Para os "normais" já está difícil dar aulas, agora vai colocá-lo junto com os outros? Não tem condições!*

De outro lado, outros professores citaram casos bem-sucedidos de inclusão:

Tive uma aluna cadeirante que tinha os membros atrofiados e ficava quase que só olhando para cima. Ela tinha uma professora em sala só para ela, que trabalhava a mesma matéria que eu e desenvolvia as atividades adaptadas para ela. E era normal, não tinha aquela coisa que chamava a atenção de todo mundo. Ficava cotidiano.

Outro professor lembra-se de uma apresentação na sua escola que lhe pareceu verdadeiramente “inclusiva”:

A professora de artes começou a dar aula de Libras [Língua Brasileira de Sinais] para os alunos ditos normais, e traduziu com eles aquela música do professor em linguagem de sinais. A sala inteira fez a apresentação em linguagem de sinais! Aí é inclusão. Porque se você colocar uma sala só para os portadores de deficiência lá na escola, só para dizer que eles estão estudando numa escola dita normal... isso não é inclusão. É exclusão.

3. Escola particular

As escolas particulares são conhecidas e procuradas pelos pais que podem pagá-las porque se apresentam com melhor infraestrutura, material didático diversificado, ensino mais moderno, com atividades que não existem na escola pública e com mais aparatos de segurança. Para os professores, no entanto, tudo isso não significa que será mais tranqüilo trabalhar no ensino privado. Atos corriqueiros numa sala de aula, como ter uma conversa conciliadora com os alunos, ou resolver brigas entre eles, podem ser dificultados quando no local existem câmeras que captam imagem e som. Se há a promessa de melhores recursos didáticos e de um ensino mais completo e sofisticado, os professores que trabalham nesses estabelecimentos são muito cobrados, controlados e vigiados em quase todas as etapas de seu trabalho.

Algumas escolas particulares na capital, Campo Grande, trabalham com ensino apostilado: ao invés de utilizarem livros didáticos, usam apostilas produzidas por uma instituição educacional, mediante o sistema de franquia. Esse material é conhecido por trazer uma grande quantidade de informações e é apresentado pela escola como portador de um conteúdo melhor do que o presente nos demais livros didáticos. Segundo a professora, é preciso mais do que os dois meses previstos pelos seus fornecedores para que os alunos aprendam, de fato, todo ele. São assuntos demais, resumidos demais. *É o resumo do resumo.*

Valeria mais a pena trabalhar, com calma, os conteúdos essenciais. Quatro aulas de 60 minutos por semana não são suficientes, na opinião de uma professora de Português do Ensino Fundamental, que, a partir da 5^a série, tem somente 50 minutos por aula. Por isso, ela decidiu exigir atividades complementares para

serem feitas em casa. Existem conteúdos que a professora tem que trabalhar em paralelo, senão não tem tempo. No entanto, a professora sabe que isso não garante o aprendizado, pois muitas vezes os alunos não fazem a tarefa e, mesmo os que a fazem, não têm ajuda dos pais em casa. Nem os pequeninos. Desde a Educação Infantil você já sente isso, que a criança vai sofrer, não vai ter uma base de conhecimento.

Além disso, os pais não querem comprar o material complementar que os professores pedem, como aqueles livrinhos de histórias, os chamados “paradidáticos”. Pagar pelas apostilas já é suficiente. Para o professor, não resta muita saída:

É aquilo ali, foi imposto pela escola e nós temos que obedecer. A gente finge que ensina e os alunos fingem que aprendem, e assim vai empurrando. (...) Eu poderia tentar trabalhar no paralelo, mas falaram que eu não posso porque não vai dar tempo de eu terminar a apostila. (...) Os donos da escola querem correr com a apostila, porque eles vendem a apostila, e vendem caro. O pai tem que comprar a próxima. Você não pode parar para trabalhar um conteúdo à parte e os alunos ficam com aquela coisa muito vaga, não entendem nada.

Na escola em questão, o professor é constantemente cobrado sobre o cumprimento do que está previsto na apostila. *Se eu colocar lá no meu planejamento que hoje eu vou trabalhar “predicado verbal”, por mais que eu queira voltar em “verbos”, eu não posso. Está ali, naquela página.*

Uma vez por semana, a escola tem uma aula que se chama “Institucional” dentro da grade curricular dos alunos, na qual uma estagiária de Pedagogia entra na classe e confere, de carteira em carteira, se a professora está trabalhando com os alunos o que constava no seu plano de trabalho do dia e o que está planejado pela escola para o bimestre. Se não deu tempo do aluno entender, não pode voltar atrás: tem que seguir à risca o previsto pela apostila para cada aula.

Assim, se não é o professor quem escolhe o material com o qual prefere trabalhar, da mesma forma não é ele quem elabora a prova a ser aplicada. Ela vem pronta da sede da franquia, que fica em outro estado, *com um ensino que não se compara ao nosso. Os alunos não conseguem fazer a prova porque eles não têm aquela*

bagagem. Só que a escola não vê isso. Ela quer o nome, que é a apostila, mas não quer que nós trabalhemos fora daquele conteúdo.

E os pais? Não se manifestam sobre isso?

Eu penso que o pai nem fica sabendo. Se a nota está alta, os pais não questionam e quando a nota é baixa, a própria Coordenação aumenta. Eles fazem uma recuperação paralela. A prova bimestral que eles tiveram é a mesma prova da recuperação. Nós temos que passar e corrigir a prova. O aluno estuda, muda-se uma ou outra questão, e ele consegue uma média. E assim eles vão empurrando...

Também, as professoras de Educação Infantil observam que desde as primeiras séries já é assim. *Os pais querem ver nota. Se a nota está boa, o pai não questiona. Se a nota está baixa, eles vão à reunião. Senão, nem aparecem. Sem tempo para reuniões, confiam na escola.*

O professor que trabalha numa escola particular está subordinado ao objetivo da escola de ter lucro. Quando esse é o foco, nem sempre esse profissional é valorizado. Para continuar no emprego, o professor tem que se submeter a regras que podem tornar mais difícil a sua atividade e que competem com a sua saúde. Já no seu contrato de admissão ele sabe que terá que trabalhar muitas horas para conseguir juntar um salário suficiente que possibilite ter saúde e disposição, até mesmo para continuar trabalhando. Para sustentar uma família, então, não é raro que ele tenha que trabalhar nos turnos matutino, vespertino e noturno acumulando dois, até três empregos.

Os pisos salariais conseguidos em negociação⁹ pelo sindicato na Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) são os do quadro a seguir:

⁹ Valores informados pelo SINTRAES/MS em outubro de 2008.

Níveis de Salário Normativo	Piso hora-aula		
	CCT/2006	Em 2007 - 3,46% em 1º março 2007	Em 2008 - 5,43% em 1º março 2008
A- Educação Infantil	R\$ 4,88	R\$ 5,05	R\$ 5,32
B- Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	R\$ 4,88	R\$ 5,05	R\$ 5,32
C- Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	R\$ 5,73	R\$ 5,93	R\$ 6,25
D- Ensino Médio	R\$ 9,42	R\$ 9,74	R\$ 10,27
E- Educação Superior	R\$ 16,92	R\$ 17,50	R\$ 18,45

Fonte: SINTRAES/MS

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, SINTRAES/MS, cada escola privada pode pagar diferentemente seus professores, desde que respeite o piso. Por meio das rescisões, o sindicato observou que há variação entre os colégios, sobretudo no Ensino Médio, para o qual algumas escolas pagam até R\$ 20,00 quando o piso é R\$ 10,27. No Ensino Fundamental, a variação é de R\$ 5,32 a R\$ 8,50.

O salário do professor é composto das horas-aula que ele trabalha semanalmente e das “horas-atividade”, que se referem ao tempo que os professores usam para corrigir provas, trabalhos, preparar aulas e fazer relatórios. No entanto, muitos colégios particulares não costumam pagar essas “horas-atividade”, ainda que o Sindicato esteja reivindicando esse pagamento.

O contrato de trabalho nem sempre contempla todos os direitos do trabalhador assalariado fixo. Trabalhando no mesmo colégio nos três períodos do dia, uma das professoras conta que é registrada na escola com Carteira de Trabalho por somente um período; nos outros, a escola tem com ela um contrato paralelo, como se ela fosse uma prestadora de serviços temporária. Ela possui três empregos iguais na mesma escola, bate ponto para cada um deles, mas apenas um é legalmente registrado. *Digamos, se eu chegar a ser mandada embora, eu só tenho aquele salário, daquele período ali. Do restante é um contrato.* A aposentadoria, se a professora continuar sob essa condição, será apenas referente a um terço do seu tempo efetivamente trabalhado, sobre o qual foram recolhidos os encargos sociais.

Quanto ao vale-transporte, nenhum dos professores entrevistados o recebe como gostaria. De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 1985, o empregador deve pagar a parte do valor do vale-transporte que ultrapassar 6% do salário do empregado (sem contar vale-alimentação ou qualquer outra vantagem adicional). No entanto, uma das professoras recebe apenas uma ajuda de custo, que não tem nenhuma relação de proporção com o seu gasto diário de transporte para trabalhar:

Eu estou lá há quatro anos. De quatro anos até hoje, já subiu várias vezes o transporte coletivo, e o valor continua R\$ 30,00. Nós já brigamos, já falamos... Mal dá para uma semana. Mas não tem acordo, está no contrato, é R\$ 30,00 e não tem vale-transporte.

A questão do vale-transporte é importante, pois quando o professor trabalha em mais de um turno do dia, eventualmente terá de se deslocar mais vezes e esse gasto poderá ser muito alto para ele.

Muitos professores sentem que a cada ano estão perdendo mais com os pagamentos “indiretos” da não força de trabalho:

As férias estão cada vez menores. A de julho sumiu. A nossa categoria está perdendo cada vez mais. Para conseguir 15 dias corridos de recesso em julho – mês geralmente sem aulas – algumas professoras contaram que têm que trabalhar em eventos organizados pela escola, como a festa do pijama, a festa junina, etc., e trabalhar meia hora por dia a mais durante um mês. Entram 15 minutos antes e saem 15 minutos depois. Antes, a gente tinha quase três meses de férias. Agora, há esses 15 dias no meio do ano e mais 30 dias corridos no final, entre dezembro e janeiro. Já ficou estabelecido assim no início do contrato. Então, se após muitos anos de casa, você um dia acha que aquilo não é certo, você não pode questionar, porque você concordou no primeiro dia.

As professoras com as quais conversamos procuravam aperfeiçoar-se profissionalmente realizando cursos de graduação, ou pós-graduação. No caso das professoras de Educação Infantil, estavam atendendo à recomendação da LDB de que todos os professores que atuam nesse nível educacional devem ter curso superior. Mas, em nenhum dos casos, as professoras tinham alguma perspecti-

va de que seus salários iriam aumentar ao final do curso. Tampouco, as escolas ofereciam alguma ajuda de custo durante o mesmo. O aperfeiçoamento profissional corria totalmente por conta do próprio professor. Não havia um plano de carreira, nem perspectivas de melhorarem de posto. Esse é um ponto bastante desestimulante para a permanência na profissão.

As condições dos contratos de emprego dos professores e a insegurança diária que vem do medo do desemprego influenciam diretamente a maneira como trabalham. *A única segurança que você tem é fazer o que eles [a direção da escola] querem. Se você não conseguir fazer o que eles estão te impondo descer goela abaixo, você está fora.*

Por isso, os professores aceitam ficar cuidando dos alunos na hora do intervalo e não ter a sua própria pausa para descanso:

Às 9h15 é o intervalo. Sai todo mundo, desde os pequenos aos grandes, é aquele tumulto... e nós vamos para o pátio para cuidar deles não se machucarem. São 15 minutos assim: um dia é 10, um dia é oito... o horário do sino nunca é o mesmo. E lá é todo mundo junto: Médio, Fundamental, séries iniciais, todo mundo fica espalhado. E daí formam-se os “bloquinhos”: professor do Médio aqui, Fundamental ali... Toca de novo o sino às 9h30 e nós voltamos, cada um, para o seu horário de 45 minutos.

Aceitam, também, fazer correção de provas e preparação de aulas em casa, no fim de semana, sem remuneração. Aliás, numa das escolas, o professor diz que não há sala de professores: *Já questionamos, todo ano dizem que vão fazer. Eu estou lá há quatro anos, há quatro anos estão fazendo a sala dos professores!* Mas nem por isso deixam de se reunir em outros espaços, como a sala de informática quando não está sendo usada, ou os degraus de uma escada próxima.

Muitas vezes, os professores têm que fazer coisas que eles mesmos não aprovam e não fariam espontaneamente, como dizer a um pai que a sua filha não está perdendo nada de importante quando vai para a aula de balé durante o horário regular de aula. O pai pergunta: *“Minha filha faz balé no horário de aula, ela não está perdendo aula nesse período?”* Eu, como professora, não posso falar: *“Está perdendo”*. [Tenho que dizer]: *“A gente desenvolve atividade psicomotora. O mesmo trabalho que está sendo feito lá de corpo, a gente faz aqui na sala ou no pátio”*. Mesmo que eu não concorde com isso.

Essa pode ser a situação da Coordenação Pedagógica. Os professores entrevistados reclamaram que nas suas escolas raramente o coordenador dá a devida atenção às suas queixas. Observam que o coordenador é uma figura muita mais próxima da direção do que deles. Por outro lado, percebem também que a própria pessoa que ocupa o cargo está acuada. Passa ordens que ela não sabe justificar para os professores e, mesmo assim, tem que fazer com que sejam cumpridas. Uma professora conta que está difícil encontrar alguém que permaneça no cargo de coordenador na sua escola:

Entrou um coordenador muito bom no começo do ano, só que ele quis se impor, lógico. Ele quis o correto. A escola o mandou embora. O coordenador é movido pela direção, ou seja, pela diretora pedagógica, que é a dona da escola. Todo ano, a gente passa por dois, três coordenadores e ninguém resolve nada.

A direção das escolas particulares em questão, é dos proprietários, ou de alguém bem próximo a eles. Alguns professores reclamaram que a diretora era de difícil contato, de raro diálogo, e que exibia atitudes desrespeitosas como marcar uma reunião no sábado, às 7h e chegar com três horas de atraso. Mas ouvimos também elogios a um diretor por cobrar trabalho bem feito e que dava seu exemplo.

Ele passa, às vezes, sala por sala. O dia em que ele não está é porque viajou ou teve algum compromisso... Ele olha se a sala está limpa, se os tapetes estão limpos, verifica torneiras, banheiros, abre armário para ver se está organizado. Ele, que é o dono, faz a vistoria todinha. Nossa chefe chega às 6h30 para pegar quem chega atrasado. Ele está certíssimo. E é o último a sair. Podem achar chato, mas ele está certo. E ele tem um lado muito legal também: ele tem um respeito com o funcionário. E, até hoje, ele tem uma coisa muito bonita: a escola cresceu muito e ele conhece aluno por aluno.

Esse é um exemplo de um bom chefe. *Ele ouve seus professores. Pode não concordar, mas pelo menos ouve.*

A escola é elogiada também por ser correta no pagamento aos professores:

Eles são muito certinhos em relação à parte financeira, aos direitos, aos deveres. Você só deixa de ganhar algum direito se você não questionar, não brigar por ele. Se você vai e questiona, você acaba conseguindo.

Além disso, essa instituição tem a gratidão da professora que nos fala porque, depois de um período afastada para cursar a faculdade, ela foi admitida novamente: *Eu voltei para essa escola, para essa família que me acolheu de volta, depois de duas falências. Eu voltei...e ali eu estou até hoje.*

Vigilância e controle

Algumas escolas particulares têm câmeras nas salas de aula que vigiam o comportamento de professores e alunos. Os alunos adolescentes do Ensino Fundamental acreditam no boato difundido entre eles de que as imagens estão na Internet e que os pais podemvê-las. Já os maiores, do Ensino Médio, *não estão nem aí: eles viram a câmera, cortam coisinhas pornográficas e colam lá... eles tocam o terror! Eles não ligam muito. Já teve um que chegou cedo e pintou a câmera novinha de corretivo... Aí, quando funcionou, estava tudo branco!*

A vigilância é sobre todos, mas o controle é sobre o professor:

Às vezes, acontece de a gente estar de costas ou passando do lado, e ter aluno se matando... Sai coisa que a gente nem viu que aconteceu, porque na sala de aula eles são muito rápidos e a gente é chamado à atenção: "O fulano fez isso...". Só que eu tenho uma sala de 9º ano que tem quase 36 alunos! (...) Eles têm uma brincadeira de "bate no outro senão você é bobo", que quando você vai ver, o murro já chegou lá na menina do canto. E eles lá, vendo na câmera. Daí, chamam o aluno pelo microfone e todo mundo debocha. Daqui a pouco chamam o nome do professor. Nós somos bem cobrados...

E desrespeitados muitas vezes:

Às vezes, eu tenho que trabalhar com material complementar à apostila e esqueço de colocar no planejamento e eu sou chamada a ir à Coordenação, pelo microfone. Então, a escola inteira sabe: "Professora Cláudia, comparecer à Coordenação". É toda hora. Eu já não gosto disso. Por que a coor-

denadora não vai até a sala, espera o término da aula e diz: "Compareça à Coordenação?" Não. Você está dando aula e o microfone está lá gritando o nome do professor... Então, os alunos brincam... eles sabem o que é.

No começo os professores questionaram a presença das câmeras, *mas agora já estamos acostumados. Nós brincamos, é a lei da mímica: "É a Maria, é o João...", porque não podemos citar nomes (...).* Às vezes, nós temos que tomar cuidado com o que falamos para os alunos, para não sermos mal-entendidos como já aconteceu com colegas meus que falararam alguma coisa e lá entenderam outra, gerou toda aquela polêmica...

Outra escola decidiu colocar câmeras nos espaços comuns de circulação, como corredores, pátios, e também nas salas de Ensino Médio, mas optou por deixar sem câmeras as salas de Educação Infantil, o que foi bom na visão das professoras dessa área, *porque na Educação Infantil é muito complicado. Na minha sala tem muito aluno que bate na gente. E atitudes não são tomadas em relação ao professor quando apanha. Agora, se você pegar o aluno assim, segurando firme o braço, até para você se defender, você pode levar um processo nas costas.*

Por outro lado, se a câmera está filmando e registrando tudo o que acontece, não poderia mostrar que o professor não agiu mal e teve razões para mandar o aluno para fora da sala de aula?

A escola tem a seguinte doutrina: o aluno é o cliente, então ele é que manda. O pai chega lá e fala: "Ele vai fazer isso e pronto". Professor não tem voz ativa. Então, o aluno faz o que ele quer e quando nós levamos até a Coordenação, a coordenadora diz: "Calma, professora". E passa a mão na cabeça do aluno.

A tecnologia é um recurso bem utilizado pela escola também para organizar a presença de seus funcionários. A hora em que ele bate o ponto é registrada eletronicamente. Entretanto, não é o tempo que o professor de fato trabalhou que é registrado no ponto eletrônico, mas o tempo que foi estabelecido no contrato; este último é o que será pago.

A hora de saída é às 11h, ou deveria ser, pois o sino nunca bate às 11h. Só que deu 11h, você sai da sala! Pode deixar os alunos tocarem o terror, mas

você vai lá bater seu ponto. Porque o sino bate 11h10, 11h15, 11h20, depende da coordenadora lembrar do horário para tocar o sinal, mas se o professor bater o ponto às 11h01, já não digita mais. O ponto só te dá horário de entrada. Você entrou mas você não saiu. No final do mês, a coordenadora briga: "Fulano, você entrou, e não saiu... você foi embora mais cedo?".

Lucro x educação

Uma das professoras presentes que trabalha no ensino privado tem estagiários como colegas, atuando como professores. A não ser em casos excepcionais, por absoluta falta de professores formados, os estagiários não poderiam trabalhar como professores no ensino regular antes da conclusão do respectivo curso de formação. Entretanto, essa não é a realidade verificada. Justamente por serem estagiários, são procurados, pois a escola pode pagar-lhes muito menos do que a hora-aula estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) junto ao sindicato, não está obrigada a recolher o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e nem a lhes conceder férias remuneradas e o vale-transporte. *Para a empresa, compensa. A escola trabalha com muitos estagiários. Viram que os pais não reclamaram, e continuaram. Eu creio que os pais não sabem que os professores são estagiários...*

Numa escola onde os professores mais antigos já têm pós-graduação, cada vez mais contratam-se estagiários. *Somos quatro professores e o resto é estagiário. Todo ano é um estagiário diferente, nem dá tempo da gente fazer amizade com eles. Nós, antigos, reclamamos, porque às vezes até o estagiário tem mais privilégio do que nós. E lá na escola não temos autoridade nenhuma.*

Que vantagens poderiam ter os estagiários? Não precisam, por exemplo, participar das reuniões aos sábados, ficam com o melhor material didático, já que acham que, por sermos mais antigos, nós já temos de outros bimestres, dos outros anos...

A prática de substituir a contratação de um profissional formado pela de um estagiário não foi a única irregularidade relatada. Mediante o acréscimo de uma taxa à mensalidade, a escola oferece atividades extras, como natação, balé, futebol, xadrez, etc. Essas atividades não se constituiriam em um problema se não acontecessem durante o horário regular das aulas. Retira-se uma aula de algu-

ma disciplina do currículo escolar básico obrigatório para colocar uma atividade “extra” no lugar. Muitos pais aceitam e pagam porque acreditam que é bom para o filho, além de ser mais cômodo para eles que tudo seja feito em um turno só. Mas, para o professor esse procedimento atrapalha, pois tem que “dar” a mesma quantidade de matéria (conteúdo), em menor número de aulas.

Eu tinha oito aulas no ano passado. Neste ano caiu para seis e agora são quatro. No sexto ano, eu fiquei com três, porque colocaram mais uma aula de natação. Com três aulas semanais, eu não termino uma apostila. A escola cobra essas “aulas modulares” – que eles chamam – por fora da mensalidade. Só que são aplicadas durante as aulas! Então, tira a aula de Matemática para colocar xadrez! Eu penso assim: se o aluno estuda de manhã, fizesse essas aulas-extras na parte da tarde! Mas não, o pai acha que faz parte da grade da escola, porque eles não sabem que tiraram uma determinada disciplina para encaixar outra.

Os pais, que não são suficientemente informados, ainda assim confiam na escola. E quando chega a fiscalização, dá-se um jeito:

Já aconteceu uma vez, no Maternal – porque a escola não tinha licença para trabalhar com Maternal à tarde, somente na parte da manhã – de chegar um pessoal da Secretaria da Educação sem avisar. Então [funcionários na escola] colocaram as crianças numa Van e o motorista da Van ficou dando voltas com elas... E a sala ficou vazia. Quando a inspeção passou, eu estava na sala ao lado e ouvi claramente quando a mulher perguntou: “E essa sala?” “É do Maternal da manhã.” “Mas não tem à tarde?” “Não, só funciona de manhã.” E, por um acaso, chegou um aluno pequenininho atrasado e ela perguntou: “E essa criança?” “Esse é filho da funcionária.” Eu fiquei olhando e pensei: Aqui os funcionários têm resposta para tudo!

Algumas escolas particulares são famosas pela vistosa infraestrutura que exigem, e de fato, algumas professoras disseram que não podem reclamar em relação a isso porque o nosso prédio é o prédio-modelo, e tudo o que os alunos precisam está ali, anfiteatro, biblioteca, sala de vídeo, sala de artes... Eles investem muito nesse lado. Por outro lado, a gestão do material escolar às vezes deixa a desejar. No começo do ano, ao invés de comprar e entregar todo o material escolar que o aluno poderá

utilizar durante o período letivo, os pais têm a opção de pagar uma taxa à escola para que ela compre tudo o que for necessário. Quando isso acontece, a escola regula a quantidade de material utilizada pelos professores, que questionam não ser suficiente: *Quando chega na hora de mandar lá para a sala, eu chego a brigar mesmo. Quarenta alunos usando lápis todos os dias. Quanto tempo esses lápis vão durar? Criança aponta muito e quebra a ponta. Quanto mais você aponta, mais acaba.* Quando a professora solicita mais da escola, é lembrada de outros pedidos que já fez e, então, tem que insistir:

Eu não estou pedindo nada demais, eu estou pedindo o que é de direito dos alunos!

A professora do Ensino Médio conta que seus alunos estão atentos a isso:

Os meus, como já entendem, falam: "Meu pai comprou. Cadê, professora? Eu quero!". E quando eles vão ao toalete, e não tem papel? Teve um aluno do 3º ano que levou um fardo de papel higiênico e disse que era presente para escola, "porque essa escola nunca tem papel". E a escola não está nem aí para eles. Eles reclamam: "Nunca tem copo, nunca tem papel nessa escola, nunca tem nada!".

Uma das professoras conta que muitas vezes precisa levar material de casa para dar sua aula:

Eu trabalho muito [revistas semanais] com eles. São todos materiais meus, que eu levo para a escola e trago de volta, porque se eu deixar lá, some. Tem que ficar levando e trazendo, porque a escola não oferece esse suporte. Não tem uma biblioteca, não tem um material de apoio, não tem nada. Tudo vive estragado. Vídeo, às vezes, nós temos que levar de casa, porque fica trancado. Ninguém sabe com quem está a chave, nunca se pode usar. Só que na hora de cobrar [aulas diferentes do professor] é ali! Nós que temos que correr atrás.

Ou seja, não há garantias de que por ser uma escola particular haverá material suficiente e adequado para se trabalhar. Mas, se no ensino privado o objetivo de educar deve conviver com o de obter lucro, no ensino público há também muita economia. Que o diga o professor convocado.

4. O professor “convocado”

Em Mato Grosso do Sul, quando o estado não conta com professores efetivos em número suficiente para atender a todas as salas de aula, é aberta uma convocação para contratar, temporariamente, mais professores. Estes são os chamados “convocados”. Eles atuam da mesma forma que os professores efetivos (que fizeram concurso público e gozam de estabilidade no emprego), porém, têm um contrato temporário. Eles não têm vínculo estável com o estado; têm apenas uma convocação e podem ser demitidos a qualquer momento, sem aviso prévio, se o professor efetivo titular da vaga que estava afastado regressar ao trabalho, se for nomeado outro professor por concurso ou, ainda, se um professor efetivo for removido para a unidade escolar do convocado. De acordo com o decreto que regulamenta a contratação dos convocados pelo estado (Decreto nº 12.343, de 11 de junho de 2007, do governo do estado de Mato Grosso do Sul), o professor pode ser demitido, ainda, se houver fechamento de turmas, “ineficiência de desempenho em regência de classe”, ou simplesmente “por conveniência administrativa”. Assim, estão tão vulneráveis no emprego quanto um professor de escola particular, que também pode ser demitido a qualquer momento. Contam-nos os professores que *tem bastante gente nessa situação*. Eles acreditam que *tem município com 60% de professores convocados*.

Há os convocados pelo estado ou pelo município. De acordo com a lei estadual, o contrato do convocado tem, no máximo, seis meses de duração, podendo ser renovado por igual período. Na prática, significa que seu contrato termina pouco depois do ano letivo e que no período de férias escolares de verão ele está desempregado. Há, sim, abono de férias e gratificação natalina (o décimo-terceiro), mas

são pagos mês a mês, proporcionalmente às horas trabalhadas. *Você recebe um pouquinho, tudo pingadinho, ali, dentro daquele tanto [mensalmente]. Por isso se diz que o convocado trabalha pelo salário só. É um prestador de serviços.*

Os convocados ganham por hora-aula, e, assim como os efetivos, também têm direito às horas-atividade, ou seja, horas remuneradas para planejar, corrigir trabalhos, fazer registros no diário de classe e preparar aulas e outros trabalhos necessários para o docente. De acordo com a lei estadual, o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000), aquele que exerce a função docente pode ter uma carga horária de 40 horas semanais, “sendo dez em horas-atividade, das quais seis devem ser cumpridas na escola, ou de 20 horas semanais, sendo cinco em horas-atividade, devendo três também ser cumpridas na escola”.

Na esfera municipal, a quantidade de “horas-atividade” varia muito, assim como o valor da hora-aula. Há município que paga uma hora-atividade para cada 10 “horas-aula”. Assim, quem conseguir ser convocado para dar 20 horas-aula semanais receberá duas horas-atividade. No momento da realização das nossas reuniões com os professores, eles nos informaram que cada município possuía regras próprias para estipular o valor de hora-aula e a quantidade de horas-atividade, o que resultava em uma diferença salarial entre os convocados de municípios diferentes e em cargas horárias diferentes. No entanto, essa situação alterou-se tanto para os municípios quanto para o estado recentemente, em 16 de julho de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.738, que institui o piso salarial nacional para todo o magistério público da educação básica. A lei estabelece que todos os professores da educação básica pública do Brasil que possuem jornada de no mínimo 40 horas semanais deverão dedicar apenas 2/3 (dois terços) da carga horária às “atividades de interação com os educandos” e terão uma remuneração mínima de R\$ 950. De acordo com a mesma lei, os estados e municípios terão até o dia 31 de dezembro de 2009 para cumprirem essa exigência, mas poderão antecipar a integralização deste valor se for o caso. Não foi possível verificar se no estado e nos municípios pesquisados essa situação já se concretizou. O que podemos relatar seguramente é que, por ganhar um baixo valor por hora-aula, sempre o valor correspondente ao primeiro nível de salário do efetivo no caso dos convocados

pelo estado. Os convocados afirmaram trabalhar dois períodos, e em sua maioria, percorriam um longo trajeto para chegar à escola, já que as de mais fácil acesso eram escolhidas antes pelos efetivos, restando aos convocados as mais distantes.

O professor convocado aceita trabalhar muito e ganhar pouco porque, a qualquer momento, ele pode ficar sem trabalho nenhum e isso é lembrado a ele:

Foi feito um concurso local, dentro da lei, para a pessoa que mora dentro da cidade assumir. Como as vagas não foram supridas, o governo abriu para os que passaram e são de outras cidades. Daí a assessora técnica começou a falar: "Vem 15 pessoas para cá, vem 20..." É terrorismo! Além de passar pressão psicológica tremenda com o aluno, além de tudo isso, você sofre terror com uma pessoa que fala "olha, está vindo, vai tomar a sua vaga, você vai ter que sair...".

O convocado é aquele que está vulnerável e por isso aceita todas as ordens da Direção e da Coordenação. Se for necessário trabalhar em festas na escola durante o fim de semana, *ele vai, decora a escola inteirinha, volta para a casa, toma um banho e volta para escola. E fica a festa inteira. E ajuda a guardar tudo depois que acabar. E vai dormir 4h da manhã. São três, quatro dias de trabalho sem ganhar nada. Só convocado é que vai.* Eles dizem que os efetivos podem se impor e tentar enfrentar ordens da Coordenação que não consideram corretas, mas para o convocado essa é uma atitude arriscada demais. Por isso eles aceitam, *que existe uma facilidade tão grande hoje para convocar e desconvocar... O convocado jamais vai falar: "Eu não vou fazer". Pode até falar, mas não espere ser convocado para o ano que vem, que você não vai ser...*

No final do ano todos ficam tensos, pois o contrato está no fim e não há certeza de que a direção da escola vá renová-lo. Além disso, até o início do novo ano letivo estarão desempregados. Um professor que terminou o contrato no dia 10 de dezembro conta que se desempenhar um bom trabalho poderá contar com a próxima remuneração que será somente em março do ano seguinte, isto é, seu contrato será renovado e receberá seu primeiro salário da nova convocação quase quatro meses depois do último.

Nesse período, muitos arranjam outros empregos, ou fazem pequenos trabalhos temporários (bicos):

Eu tenho uns empregos de carpinteiro, mecânico e marceneiro (...) estou desempenhando um projeto de reciclagem e aí eu estou pensando em juntar todas as minhas economias e comprar um veículo para trabalhar. Porque eu tenho um depósito, eu trabalho na coleta desse material. Eu estou pensando seriamente em fazer isso. Eu tenho duas filhas, sou pai e mãe.

Desistir da profissão é uma alternativa levada a sério. Outro professor “fez bico” de corretor. Vendeu uma fazenda e ganhou um dinheiro que vai ajudar nesse período sem emprego. Mas não deixa de se indignar com a enorme diferença salarial entre a profissão de professor e outras profissões. E como se não bastasse o baixo valor, muitas vezes, por problemas administrativos da escola ou da Secretaria de Educação, o salário não vem em dia:

Eu já trabalhei seis meses sem receber um real. Seis meses! E trabalho com cobrança em cima. Seis meses, sem um real.

Alguns professores acreditam que têm colegas que estão na profissão por não terem conseguido outro emprego melhor: *Não tem outra coisa para fazer, não quer trabalhar de vendedor, sempre tem vaga de professor, que infelizmente na nossa classe, existem alguns professores assim.* Seriam esses os que não se importariam com a qualidade do trabalho que realizam e que devem ser criticados, *que a gente gosta tanto do que faz que até se revolta quando vê professor que está ali só por causa do salário.* Pois há os que sentem que têm vocação para ser professores e que, enquanto o concurso não sai, continuam trabalhando sob o regime da convocação por anos, se for preciso.

A maioria dos convocados entrevistados estava fazendo curso superior e estudando para concursos públicos. São professores que persistem na profissão, apesar das dificuldades, e almejam ser efetivos para ter melhores condições de emprego, de desempenho de suas atividades, para poder ao menos escolherem o lugar onde vão trabalhar e acompanhar o desenvolvimento de uma turma.

5. Antes e depois da aula: planejar, corrigir, avaliar e registrar

Quando acabam as aulas, não acaba o trabalho do professor, pois restam ainda os serviços técnicos a serem realizados. O professor tem, também, a tarefa de corrigir as provas e efetuar uma série de registros no diário de classe.

Este é um documento da escola. Ele serve para registrar que as aulas aconteceram, que os alunos estiveram presentes, que obtiveram as notas ali escritas, as quais lhes possibilitam ou não passar de ano. Ao final de cada mês, os professores têm que passar as notas num canhoto que fica no diário, destacá-lo e entregá-lo na secretaria da escola juntamente com o respectivo diário.

Eles não gostam de fazer esse trabalho porque têm que seguir regras burocráticas que lhes parecem desnecessárias e, principalmente, porque consideram não se fazer bom uso do resultado desse trabalho. Observam que a direção não confere o que o professor registrou, não se interessando, portanto, pelo conteúdo da aula. Além disso, o preenchimento pode ser trabalhoso. *Se você errou o diário, você pode usar somente duas observações. Passou de três observações, tem que passar a limpo.*

Esse “serviço técnico” toma tempo dos professores, pois cada classe tem o seu diário e, comumente, um professor tem 10, 20, até 40 diários. Aquilo tudo, às vezes, parece uma grande perda de tempo:

Sabe o que um amigo meu escreveu no diário? “Aula de brincar com meus alunos”. Essa aula que ele estava dando era de Matemática, no Ensino Médio. Ele falou: “Vou te mostrar como eles não leem”. E no segundo bimestre ele colocou assim: “Enrolar na aula hoje”. Ele mesmo ficou abismado com uma

burocracia tremenda, para ninguém ler aquilo ali. E aquele conteúdo programático que era essencial para a vida curricular do aluno, esse não é visto.

É um trabalho que poderia ser feito bem mais rápido e melhor:

Chega no final do ano é uma trabalheira lascada! O professor dá a prova, faz o canhoto e entrega na secretaria todo bimestre. Você faz a média final, depois faz a nota da recuperação, e aí tem o resumo da recuperação que você faz no mesmo canhoto, que se chama “média anual”, que é o canhoto total. Seria mais viável se o secretário lançasse as notas no computador e no final do ano só imprimisse toda a média do ano. Tem um programa lá que calcula, faz certinho.

Mas o trabalho do professor começou antes de tudo isso, em casa, quando ele se sentou para planejar suas aulas.

Numa escola particular de Campo Grande, cada professor tem que preparar o seu plano de ensino todos os dias e mostrar para a coordenadora. Antes eles podiam utilizar o computador, e era melhor porque ficava mais fácil de copiar o conteúdo de uma aula para a outra, já que em várias classes eles estão dando a mesma matéria. Mas, nessa escola, a coordenadora preferia que os professores escrevessem à mão os planos de aula, discriminando todas as aulas, uma a uma, num caderno, mesmo que eles tivessem várias classes sob suas responsabilidades. Ela conferia e avaliava as atividades propostas pelo professor, que devia cumprir exatamente o que escreveu. O planejamento, nesse caso, é, além de um recurso utilizado pelo professor para se guiar durante a semana ou o bimestre, uma maneira de prestar contas à escola e de esta ter algum controle sobre o que o professor está fazendo durante sua aula.

A professora da Educação Infantil também tem que preparar suas aulas e submeter o seu plano de ensino à revisão da Coordenação Pedagógica. Tudo escrito num caderno que a coordenadora olha toda semana, para verificar se a professora está seguindo a rotina: dia de parque, aula de informática, dia de piscina, etc., e se aquela forma de trabalhar escolhida pela professora é boa e correta. Por isso,

a professora tem que descrever passo a passo como ela vai desenvolver aquela atividade.

A maioria dos professores disse que prefere planejar em casa porque lá encontra um ambiente tranquilo, computador e impressora – que comprou com recursos próprios. Para outros, principalmente os das escolas particulares, não há outra saída a não ser trabalhar em casa, pois são pagos apenas pelas horas-aula, que ocupam toda a jornada do professor dentro da escola. Entre os professores de escolas públicas estaduais, alguns relataram que são obrigados a cumprir as horas de planejamento dentro da escola, o que eles consideram uma perda de tempo, já que, pela falta de um ambiente adequado e de suporte material, acabam fazendo o trabalho, de fato, em casa. Com seus próprios recursos, um professor convocado conta como tenta fazer uma aula “diferente” daquela que se faz somente com giz e quadro-negro:

O que é um planejamento hoje? Você planeja a aula para trabalhar com giz e com água, com livro e revista. É um planejamento pobre. Hoje eu tenho acesso a um computador, à informática, porque eu tirei do meu bolso. Fui lá e comprei. Estou até hoje pagando. A minha escola fisicamente não me dá estrutura para trabalhar nem com retroprojetor, porque são salas extremamente claras. Data-show? Nem pensar! Isso aí é sonho!

Uma professora efetiva explica: a escola exige, mas não acompanha. Ela quer uma educação de qualidade, mas não oferece meios materiais para isso. Na verdade, seria bom se o professor conseguisse fazer todo o seu trabalho na escola, e é disso que uma professora de educação artística, também mãe e dona-de-casa, não abre mão. Todos os dias ela só vai para casa depois que termina de fazer as suas atividades: *Se eu tenho direito, faço minhas atividades, meu planejamento, lá na escola.*

Ao planejar, o professor imagina o que poderia fazer com os seus alunos. Depois, frente à realidade da sua escola, pensa no que, de fato, é possível fazer. O plano de ensino seguido pelo professor é diferente daquele que ele teve que escrever para cumprir as ordens da Coordenação. É aquele que faz todos os dias, em pensamento, nas poucas horas que antecedem as aulas. Afinal, o professor é

quem sabe o que acontece na sala de aula; de lá é que ele extraí o assunto que terá que retomar no dia seguinte.

Toda semana tem uma reunião de professores, cada um de uma sala. Daí você ouve e escreve aquele monte de coisa que tem que fazer. É um papel que é seu, mas você sabe que não vai fazer porque não vai dar tempo. É mentira. Aluno não pega tudo num dia só. Então, eu acho que essas reuniões de planejamento deveriam ser reuniões para outras coisas... para dar capacitação para o professor, para chamar uma pessoa para estar mostrando, para estar falando, e não impondo o que eles querem que a gente faça. Uma imposição não é boa nem para o aluno nem para o professor. Não adianta o coordenador chegar na sala e dizer: "Hoje, você vai dar isso, você tem que dar isso." Não adianta, eu não dou. Eu faço planejamento diário e dá certo. Não adianta fazer por semana porque hoje eu dei uma coisa, amanhã já está marcado para dar outra, mas eu nem dei conta de dar aquilo naquele dia. Eu vou ter que repetir, vou ter que ver onde foi que não deu certo. Então, todo santo dia eu planejo aula. Todo dia. Alfabetização é uma coisa que você tem que fazer todo dia.

6. Desafios

Durante as nossas conversas, foram muitas as histórias de situações extremamente desafiadoras que os professores tiveram que enfrentar. Foram desafiadoras porque tiveram que trabalhar em condições precárias, tendo que dar por cumprida a sua tarefa a qualquer custo. Essas situações deixam algumas professoras e professores preocupados, mobilizados, envolvidos e, às vezes, desesperados: não dá para chegar em casa e dormir tranquilo sem pensar no assunto; sentem que têm que elaborar alguma estratégia para vencer aquele desafio, como conta a professora de 1^a série de uma escola pública em Campo Grande.

Num mês de julho, isto é, na metade do ano letivo, ela teve que assumir uma classe de 1^a série do Ensino Fundamental. No seu primeiro dia de aula, constatou que dos 36 alunos apenas 10 sabiam ler e escrever o próprio nome, sendo que o esperado era que todos o soubessem. Como fazer, em meio ano, com que eles chegassem até uma 2^a série, quando já deveriam estar escrevendo pequenos textos? *Na hora que eu vi aquilo eu fiquei louca, parece que o mundo caiu em cima de mim, de tão preocupada que eu fiquei, e eu já fui para casa preocupada.*

Então, a professora fez um diagnóstico da classe e avaliou a situação para pensar no que fazer. Ficou mais preocupada ainda:

Aí, eu já não dormia. Durante uma semana eu deitava na cama e ficava pensando em quais atividades eu poderia estar trabalhando para acelerar, para que elas pudessem pelo menos escrever o nome delas. É uma coisa que acaba adoecendo o professor porque ele acaba trazendo para a vida dele, não fica lá na escola.

Todos concordam com essa afirmação. O professor leva o trabalho para casa na forma de pensamentos, de lembranças, quando não o leva de fato ao ter que corrigir provas e preparar atividades.

O professor sente que tem o compromisso de fazer com que o aluno aprenda de fato e tem também um compromisso com a escola, com a Secretaria de Educação, de que esses alunos sejam aprovados, mas nem sempre ele conta com as condições planejadas, ideais, para cumprir esses dois compromissos: numa 1^a série, as crianças já deveriam estar alfabetizadas, assim como não deveria existir uma classe com maioria de alunos repetentes. No entanto, a todo o momento, o professor enfrenta a realidade de situações que não deveriam existir, tentando compensar com sua atuação em sala de aula a defasagem entre as metas de aprovação e as condições que lhe são dadas para trabalhar. São desafios diários que exigem muito esforço e dedicação de si. Quando nem assim conseguem vencer as muitas adversidades, a sensação de impotência pode dominar, trazendo a ideia de desistir da profissão. Mas, quando consegue superar os obstáculos, a satisfação é grande. Para muitos professores, vencer desafios faz parte da profissão, e por isso ela pode ser tão encantadora. A professora, nesse caso, conseguiu:

A coordenadora me chamou e falou: "Meu Deus, julho! Vai reprová! Isso não pode acontecer". E desses, eu consegui 18 alfabetizados! Reprovaram oito. Mas foi árduo, de julho a dezembro!

E ela completa:

Eu prefiro pegar aquele que não sabe nem pegar num lápis, porque chega no final de ano produzindo um texto, e fui eu! Trabalho meu, dedo meu!

Para conseguir a façanha de alfabetizar 18 alunos em seis meses foi preciso examinar diferentes métodos de alfabetização, avaliar qual era mais adequado aos alunos e usar o melhor que cada método podia oferecer. De cada classe se obtém um diagnóstico diferente, e mesmo dentro da classe todos são diferentes entre si. *Se eu vejo que não está indo daquele jeito, eu busco um outro método, uma outra maneira de compreender aquilo.* A cada dia, a cada aula, o professor precisa decidir como vai trabalhar. Não há um método específico que consiga prever todas as situações pelas quais um professor possa passar. Se aquela classe vai mal, a culpa é dele – muitos pensam assim, pois, na sala de aula, quem dirige é o professor. Mas, se aquela classe foi bem, o mérito também foi dele e valeu a pena. Mesmo que para conseguir aquilo ele tenha trabalhado muito, até nos seus sonhos.

7. Quando trabalhar começa a doer

Às vezes, aparecem problemas com os alunos que deixam os professores sem saber o que fazer. Depois de muito tentar e usar de todos os meios ao seu alcance – ter uma conversa com o aluno, chamar seus responsáveis para uma reunião, acionar o Conselho Tutelar, conversar com a Coordenação e com a Direção – e nada resolver o problema, a sensação de impotência toma lugar. Um dos sofrimentos mais evidentes do professor é a angústia de tentar, não conseguir e saber que é preciso resolver a questão. Outro é a frustração em não ver o resultado do seu trabalho.

Você aciona o Conselho Tutelar, conselho de tudo quanto é tipo para resolver um problema que está sério dentro da escola, e não aparece ninguém para te ajudar. Aquilo vai chateando, você começa a pensar: "Meu Deus, o que nós podemos fazer pela educação? O que nós podemos fazer?".

Eu vejo hoje, com bastante tristeza, que a gente não vê progresso no aluno, que você fala para ele, uma, duas vezes e ele não te respeita, nem como profissional. Isso para nós, profissionais, é triste.

Se o desafio for muito grande, assim como a quantidade de trabalho, o sofrimento pode abrir caminho para o adoecimento. Um exemplo é a situação de uma professora convocada que viu sua colega à beira de um enfarte. Ela conta que na sua escola havia uma turma especialmente complicada porque havia dois “meninos terríveis”. De um deles, sabia-se que a mãe e o pai estavam presos e até a avó, com quem ele morava, havia sido presa também, envolvida com narcotráfico. O professor dessa turma pediu para que esses meninos fossem transferidos para o turno da manhã, que, por sua vez, já tinha outros dois alunos tão “difíceis”

quanto eles. Deixou a professora da manhã com *quatro guris danados na mesma sala de aula. Um já quase matou o outro.* Certa manhã, nossa entrevistada, ouviu muitos gritos na sala de aula ao lado da sua. Preocupada, foi verificar o que estava acontecendo e encontrou sua colega vermelha de tão nervosa; chegou a pensar que sua amiga teria um ataque cardíaco ali mesmo. Imediatamente decidiu intervir. Retirou o menino que desafiava a professora da sala de aula e, indignada com a frágil situação da colega, foi até a Coordenação: “*Vocês estão esperando a professora enfartar para ir socorrê-la?*”. Mas, naquela manhã, sua colega não podia aguentar mais nada: ela sentou-se à mesa e chorou. Tremia e dizia: “*Eu não aguento mais. Ainda saio com dor no peito dessa escola*”, enquanto a amiga a alertava: “*Se você não abrir sua boca, você vai enfartar. Vai ficar numa cadeira de rodas. Um dia você vai ter que mudar essa sua postura nessa sala*”. Na semana seguinte, sua colega não apareceu na escola. Ficou doente. E nossa entrevistada não viu ninguém tomar providência alguma para recuperar aquela professora fragilizada, adoentada, que dava aulas na sala ao lado da sua.

Por outro lado, existem aqueles professores que, para não se desgastar, abandonam a luta pelo aprendizado do aluno. Uma entrevistada da rede pública municipal conta que ouviu uma colega dizer: “*Ah, eu estudei, estou dando aula, mas os alunos, eu passo. Os alunos que se virem, não estou nem aí! Se quiser estudar, estuda. Se não quiser estudar, não estuda*”.

Nas escolas particulares, as professoras assinalam que aumenta o adoecimento entre os professores *porque cada vez a gente trabalha mais e descansa menos. A gente não tem tempo para ir ao médico e nem de levar os nossos filhos ao médico também.*

Disseram que o número de casos de adoecimento mental está aumentando. *Tem vários professores lá que já tiraram mais de duas licenças médicas por estresse, ou que passaram um ano afastados. Todo ano é uma ou duas colegas que saem.*

Professoras da Educação Infantil, da rede privada, assinalaram que as que adoecem mais são as mais jovens de profissão. São pessoas *que têm três, no máximo cinco anos, de magistério. As que estão entrando agora, estão menos resistentes.* As mais antigas já pegaram as artimanhas do trabalho, lidam melhor com as situações

difícies do dia a dia. As professoras novatas acabam não concordando com o salário e o trabalho pesado, e ficam menos tempo no emprego.

Dá medo ver colega doente. O que aconteceu com ela ou com ele, pode acontecer com qualquer um; estão todos na mesma escola:

Isso me assusta. Eu não tenho tempo para ter depressão. Eu não tenho tempo, e nem quem cuide de mim.

É impressionante para nossas entrevistadas ver cenas de professoras *que não podiam entrar na escola, que começavam a chorar, em prantos. São colegas muito queridas. E aí dá a impressão que a pessoa não vai mais gostar daquilo, vai voltar e não vai ser o mesmo.*

Parece-lhes que a professora que fica doente, depois de um período de licença médica, demora a pegar o ritmo e *se sente meio insegura, como se todos achassem que ela está faltando porque quer.* Pensam, também, os que adoecem, que poderiam não ter adoecido, que poderiam ter aguentado firmes, como as outras conseguiram. Há quem prefira ficar longe dessas pessoas que um dia não conseguiram trabalhar.

Alguns professores jovens na profissão nos contaram que não querem nem ouvir falar *que professor está com depressão, de professor que vive encostado, de professor com atestado... Quase todo mês tem um professor afastado com esse negócio de depressão. O outro está estressado, o outro está não sei o quê...e por quê? Por que a vida lá fora está difícil? Está, mas eu acho que ali dentro da sala de aula você esquece o mundo lá fora e você vive uma vida.*

A rotina de uma dessas professoras que tem sob sua responsabilidade cinco turmas nas primeiras séries do Ensino Fundamental é bastante diferente daquela da professora que possui 19 turmas. São os professores com mais anos de serviço que constatam que mais colegas estão adoecendo com mais frequência, perdendo qualidade de vida, perdendo direitos que demoraram muito a conquistar. Dizem também que estão perdendo porque *não lutam para conseguir. Todo mundo tem medo de perder o emprego.*

8. A luta da classe

O medo de serem demitidos faz com que professores de escolas privadas tenham receio de se filiar ao sindicato. *Hoje, emprego está tão difícil, que as pessoas pensam 10 mil vezes antes de se filiar.* Em algumas escolas as ameaças são claras:

Quando minha patroa ficou sabendo que tanto eu quanto outros professores tínhamos nos filiado, ela fez uma reunião. Ela quis dizer que havia professores contra a escola, começou aquela conversa toda... Eu sabia que era comigo, porque fui eu quem chamei os outros professores. Perguntei a ela porque não podia: "Porque o sindicato desconta isso, desconta aquilo, no final das contas o salário vai ficar assim". Depois daquela reunião, ela quis dizer que simplesmente ia ter que mandar embora quem se filiasse. Como nós já tínhamos nos filiado, não tinha como. Mas os outros ficaram com medo e não vieram. E eu fiquei como a bruxinha má.

Mas há que se enfrentar o medo. Outra professora reclama dos seus colegas que não participam do sindicato:

Você vai à reunião do sindicato, quantas escolas são filiadas? Você tira assim umas 50, 100 pessoas que vão a uma reunião do sindicato para ver o que está acontecendo com sua categoria, porque a gente está lutando. Daí, quando chega o índice de aumento que foi ganho, reclamam: "Mas nós ganhamos só isso?" "O sindicato não faz nada". O sindicato não é sozinho, nós somos o sindicato. Nós que temos que ser atuantes! A gente tem que estar lutando junto. A gente não tem que só esperar. A gente tem que trabalhar junto. Eu vejo muito isso lá dentro da escola. As pessoas não vão atrás, não querem.

Se a gente não está sabendo dos nossos direitos, a gente acaba se acomodando ali, abaixando a cabeça para as coisas. Ouvindo aquelas pessoas falarem lá no sindicato, eu fiquei boba, de boca aberta de tanta coisa que eu não sei.

Na área pública, professores efetivos ressaltaram como o grande número de professores na condição de convocados enfraquece ações coletivas de resistência:

Se a direção disser: "Vou montar um projeto assim", todos os professores convocados, porque precisam do trabalho, não se posicionam, e aceitam. Vão aceitando, vão aceitando... A grande maioria, do pré ao 5º ano, são professores convocados nessas escolas maiores que nós temos. Nas escolas mais antigas, os professores são efetivos, têm a opinião bem séria. Já os professores convocados não batem de frente e não conhecem seus estatutos.

Apesar disso, alguns entrevistados enfatizaram que os professores não estão desunidos em prol da luta por melhores condições de trabalho e emprego, mas estão cada vez mais enfraquecidos quanto categoria profissional:

Minha classe não é desunida. A minha classe é muito grande e muito trabalhadora. O que acontece é que é uma classe enfraquecida. O professor que está lá com 20 anos de casa diz: "Ah, eu não vou lá nessa paralisação, ou não vou nessa discussão que vocês estão montando porque eu já vou me aposentar no ano que vem". O outro é convocado, não vai... Na minha escola, tenho uma colega de 19 anos e outra de 22 na casa, então, já se cansaram. De tanto levar, teve uma professora que falou: "Por que você vai se desgastar e perder seu tempo e bater de frente e querer mudar alguma coisa?".

Do nosso grupo de entrevistados, boa parte disse que vai às reuniões: *eu sou aposentada, e vou*. Porque *o bom profissional* – diz uma professora efetiva da rede municipal de ensino - *não tem que ter medo de nada*. *O bom profissional é exigente e a maioria é submissa*. *A gente só perde se não questionar*. Mas, admite: *hoje nas reuniões do sindicato, pouquíssimas pessoas vêm*. *Vêm só as pessoas que são idealistas*.

Na verdade, a profissão do professor não é mais a mesma.

9. Ser professor, hoje

"Eu sou professora porque nasci para ser professora".

No grupo de professores entrevistados estavam presentes professoras aposentadas da rede pública. Elas e outros professores com mais de 25 anos de atuação compararam como é trabalhar hoje em relação a como era antigamente. As sinalaram que, em outra época, o professor já teve mais autoridade, respeito e prestígio na profissão; os pais ouviam o que a professora tinha a dizer, atendiam quando eram chamados, compareciam mais às reuniões, acompanhavam a educação dos filhos.

Segundo eles, autoridade é requisito necessário no seu trabalho. O professor precisa ter o comando da turma, ser ouvido e respeitado por alunos e seus responsáveis para que seu trabalho tenha sucesso. Um bom professor tem que ter postura, se impor, como se lembra a professora aposentada:

Quando eu chegava nos corredores das salas, os alunos gritavam: "A professora Cristina!". Todo mundo entrava na sala e ficava sentado me esperando. Porque eu falava: "O que ficar para fora e não estiver sentado no seu lugar vai ficar para fora e não entra sem o pai!" Então eles tinham medo de mim, me respeitavam.

Hoje em dia não está fácil manter o comando da sala. *Se fosse para dar aulas hoje, não gostaria porque os alunos não respeitam mais nada e nem ninguém*, assume uma aposentada. Este é um problema sério para eles porque a autoridade do professor vem sendo desconsiderada também pelas direções das escolas e pelos pais, estes últimos cada vez mais ausentes.

A tese dos professores entrevistados – que a todo momento pensam sobre a dificuldade de conseguir a atenção e o interesse de seus alunos – é a de que há um descaso por parte da família com a escola. Esse descaso está cada vez maior e acontece tanto em famílias ricas quanto em pobres. As professoras aposentadas presentes enfatizam: de fato houve uma mudança no comportamento dos pais ou dos responsáveis legais pelos alunos que afetou diretamente o trabalho do professor em sala de aula. *Antigamente os pais, por mais pobres que fossem, faziam tudo para o filho estudar. Eles chegavam para o professor e diziam: "meu filho está aqui, se ele der problema nos chame, que nós estaremos aqui".*

A ausência da família na vida escolar do aluno é tida pelos professores como uma grande fonte de problemas *porque a educação é um trabalho que tem que ser feito nos dois lados. Os pais têm que saber o que os professores estão ministrando e frequentar a escola, saber quem é o diretor... e o professor tem que conhecer a família do aluno. Alguns pais matriculam a criança no dia oito de fevereiro e aí, no final do ano, aparecem para saber por que o menino tem essa nota, por que ele está na iminência de reprovar. Ou seja: por que ele não frequenta a escola? É uma questão estrutural. E é uma realidade de todas as faixas de renda. Tanto o rico, o médio, o pobre. Você dá aula numa escola particular e é o mesmo.*

Se “lugar de criança é na escola”, como diz o lema tão utilizado pelo poder público e por diversas instituições da sociedade civil, os professores ressaltam que a responsabilidade de cuidar da criança está cada vez mais com a escola e menos com a família, o que contribui para a sobrecarga de atividades e responsabilidades do professor. Nas palavras de uma professora do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Campo Grande:

Está cada vez maior o peso em cima da escola com esse Programa Escola Viva¹⁰, funcionando sábado e domingo. Tudo dentro da escola. O aluno fica de segunda à sexta, e ainda sábado e domingo? Com cursos? E onde estão os pais para educar? Os pais põem essa responsabilidade para a escola e a

¹⁰ De acordo com o sítio na internet da Prefeitura Municipal de Campo Grande (<http://www.escolaviva.pmcg.ms.gov.br/escolaviva/?location=maisNot&idNotice=23>), o Programa Escola Viva “tem por finalidade abrir as escolas nos finais de semana, oferecendo oficinas de educação, lazer, cultura, esporte e formação inicial para a comunidade em geral e particularmente para os jovens”. Extraído em 8.4.2008.

escola joga para o professor. Então, você tem que educar, tem que ensinar, tem hora que tem que ser babá de aluno. Dentro da sala de aula o professor é quem faz de tudo. Você encontra aluno com problema de dentro de casa transferindo para a escola, chama o pai, e ele não vai à escola para ajudar a resolver o problema.

Quando há problemas familiares, os professores percebem queda no desenvolvimento escolar das crianças, que frequentemente chegam tristes, cansadas, desnutridas, agressivas, ou carentes afetivamente. Observam que elas não têm a necessária e prévia educação no lar: não sabem regras básicas de convivência, como dizer “por favor”, “com licença”, “bom-dia”; estão cada vez menos civilizadas. Sobretudo na escola pública, os professores lidam com alunos muito problemáticos, que já foram expulsos de outras escolas. Vendo o exemplo dos pais, que não se interessam e não perguntam sobre a escola, os alunos também não lha conferem importância e desafiam o professor.

Faz parte da profissão de professor administrar variadas situações a todo momento. Não se trata apenas de ensinar, transmitir conteúdos, oportunizar aprendizado ou construir conhecimento. Trata-se de fazer tudo isso ao mesmo tempo, com vários indivíduos que podem não estar dispostos a colaborar. Professores da rede pública afirmaram ter até 50 alunos por sala, e muitas salas sob sua responsabilidade:

Com 17 salas de aula, com alunos totalmente heterogêneos – e a gente nem coloca mais o problema social, porque todos nós temos problemas sociais também – que diferem em educação familiar, em criação religiosa, chega um momento em que nós temos um colapso mesmo. Eu mesmo já pensei em sair da sala de aula.

Na conjuntura de hoje, a nossa função se tornou difícil por causa do excesso de carga que nós temos.

Nem sempre a relação professor-aluno é pacífica. Gritar é cotidiano, já que há casos em que conversar não resolve. Uma professora fala de uma classe na qual juntaram todos os alunos repetentes de uma 6^a série:

Meninos de até 16 anos na 6^a série e seis ou oito meninas apenas. Sala terrível. Um dia entrei e eles estavam brigando e fazendo brincadeiras estúpidas de dar soco, jogar cadeira, e aí eu virei uma fera! Gritei, falei que eu não precisava deles, que pelo contrário, eles é que estavam precisando de mim, que eu estava ali para ajudá-los. Depois eu disse: "Vem cá, dá chute aqui, mete a cabeça na lousa, não estava querendo se arrebentar?". Eles levaram um susto com a minha atitude. Vi que eles foram se acalmando, eu também me acalmei, e não sei como, porque era até para eu ter tido um enfarte. Não tive porque ainda era nova. Daí eu falei: "Eu estou aqui é para ajudar vocês. Eu vou deixar de dar aulas para vocês se não mudarem de atitude. Porque tem professor saindo daqui chorando e isso não vai acontecer comigo. Ou vocês entram na minha ou vocês vão ficar sem professora". Eu conversei bastante com eles. Viraram santos comigo.

Mandar alunos para a Coordenação também não resolve. A Coordenação quer que o professor resolva o assunto sozinho, na sala de aula, como conta uma professora de Educação Infantil da rede pública:

Não é porque o aluno é pobre, por ter pais presos e 'enes' problemas, que ele tem o direito de te mandar para aquele lugar, de falar o que quer. Você é obrigado a se posicionar de maneira a não perder o respeito perante os outros alunos da sala, ou tirar esse aluninho, levar lá para o orientador, que passa a mão na cabeça e chega a te falar assim: "Professora, resolve seu problema na sala de aula. Toda hora a senhora me traz aqui um aluno".

Também, uma professora da escola particular afirma que não tem respaldo do coordenador que, quando recebe algum aluno seu, lhe pede calma, e manda-o de volta para a classe.

Há situações nas quais os alunos confrontam, desafiam e se mostram dispostos a ferir emocionalmente o professor. Muitas vezes, sem saber, eles conseguem, mas o professor esconde, pois precisa manter o autocontrole para não revidar e conseguir continuar a aula. Na verdade, o professor precisa se entender com seu aluno e estabelecer as regras daquela convivência. Alguns professores disseram que se impõem, que determinam quais são as regras. Outros, que é preciso fazer

um acordo: *No primeiro dia de aula eu já falo assim: "Eu não desrespeito ninguém, mas eu não tolero desrespeito".* Ressaltam que têm que fazer valer a sua autoridade, mas também mostrar que estão ali para ajudar. Hoje a autoridade tem que ser conquistada e todos os dias o professor tem que refazer o seu lugar:

Uma vez, um aluno da 8^a série falou que ia me pegar com uma gangue. Falei para ele: "Você pode fazer isso, mas me pega numa sexta-feira, que pelo menos eu vou ter sábado e domingo para me recuperar e estar aqui para poder te ajudar de novo". Nunca mais ele falou isso. Então, às vezes, o professor também tem que colocar a voz na sala. Mas isso me abala.

Se essas situações são corriqueiras no dia a dia do professor, o que as torna extenuantes é não ver seu esforço ser reconhecido. Além do prestígio da profissão ter desaparecido, o professor se transformou no culpado pelo fracasso do aluno. Se o aluno vai mal, a culpa é do professor que não lhe deu carinho e atenção suficiente, que não se atualizou e continua usando a lousa, fazendo tudo sempre igual, sem atrair a atenção do aluno. Se os alunos não se interessam em estudar é porque o mundo mudou e o professor não se “reinventou”. De fato, eles mesmos destacam que o bom professor tem que estar sempre aprendendo, e conhecer *desde leis à tecnologia*. Mas, também, ressaltam que lhes falta o tempo necessário para tanto:

Eu levanto todos os dias às 5h50 e entro às 7h no trabalho. Quando eu chego na minha casa às 11h40 da noite eu estou preparando o trabalho do dia seguinte. À tarde eu também trabalho em casa, preparamos aula e ensino. Então o trabalho torna-se muito desgastante, ocupa praticamente o meu dia.

Professoras, tanto de escolas públicas quanto de particulares, relatam que para fazer um curso de aprimoramento profissional têm que *pagar substituta*: pagar para outra professora substituí-la. O professor não pode deixar de trabalhar, mesmo que seja para fazer um curso para depois trabalhar melhor.

E ser uma boa professora não é desculpa para não ser uma boa mãe – como revelou uma professora das redes públicas estadual e municipal que dá aula nos turnos matutino, vespertino e noturno, cuida da família e ainda faz Mestrado.

Os professores do sexo masculino que ouviram seu depoimento concordaram com ela sobre o fato de que ela trabalha mais do que eles, no total.

Entretanto, as professoras aposentadas no ensino público presentes consideram que houve avanços na questão do salário e da liberdade de expressão do professor, pois, no passado, havia perseguição aos sindicalizados, greve era caso de polícia e o salário muito menor.

A questão salarial foi o ponto de maior reclamação entre os professores convocados e os que trabalham em estabelecimentos privados de ensino. Ainda assim, mesmo os professores efetivos da rede pública, que podem contar com pequenos aumentos de salário em razão do tempo de permanência na carreira e avanço na titulação acadêmica, sabem que a ascensão socioeconômica, “subir na vida”, é muito difícil para quem abraça a profissão de professor:

Um amigo meu falou: “Você nunca viu professor com chácara, com fazenda.

Médico você vê com chácara, com pesqueiro, engenheiro e advogado também. Mas professor você não vê.”

O ganho de poder aquisitivo, resultado de iniciativas para se tentar recuperar a perda salarial de muitos anos do professor, não é uma realidade que se estenda a toda a categoria. Para muitos, a perda de poder aquisitivo está em curso. Em escolas particulares as férias estão sendo reduzidas, o contrato trabalhista oferece cada vez menos garantias e não há nenhuma preocupação por parte das instituições empregadoras em oferecer um plano de carreira, apesar de exigirem aperfeiçoamento profissional e atualização contínua dos seus professores. No entanto, apesar de tudo isso, a ideia de desistir da profissão, tão frequente e presente entre professores de todas as redes, foi citada mais em decorrência das dificuldades do dia a dia de trabalho do que pelo salário.

Do professor exige-se a aprovação da turma, ignorando-se todos os problemas que cada aluno possa trazer. Aproveita-se da sua dedicação ao trabalho para fazer com que ele aceite se desdobrar para “dar um jeito daquele aluno difícil” passar de ano:

O professor, por amor, pegou aquele gurizinho que dá problema, e a sua sala foi enchendo, e a educação se transformando... E nesse “tudo por amor”, esse discurso foi adiante. A escola e os professores querem dar um basta, mas não conseguem mais, hoje está muito difícil.

É que essa é uma profissão de responsabilidade. *Para ser professor tem que gostar, porque o salário não é compatível.* Nossos entrevistados são professores que gostam do seu trabalho. A frase mais citada na apresentação que fizeram de si mesmos no início das reuniões foi “*eu gosto muito do que eu faço*”. Mas em seguida, diziam também que estavam ficando cansados. *E quando eu falo de cansaço, eu não estou falando de cansaço de final de ano. Eu estou falando de cansaço de luta por melhores condições de trabalho, até de questões financeiras mesmo, de salário, de reconhecimento.* O que os movem a continuar na profissão e a participar de uma pesquisa como esta é o sonho, a vontade de que tudo melhore e de que eles possam continuar perseguindo o ideal de educar, que é maior ainda. O professor está dividido. Está cansado, mas a importância que atribui a seu trabalho e a satisfação de vencer desafios dão-lhe forças para continuar.

É gratificante quando eu encontro um aluno meu de EJA [Educação de Jovens e Adultos] que fala: “Professora, eu entrei na universidade!” Aquilo é muito gratificante, você vê que o seu trabalho foi reconhecido. Eu gosto muito do que eu faço. Se bem que eu também estou um pouquinho cansada, mas gosto bastante.

Referências

ANDRADE, M. R; DI PIERRO, M. C. **O Programa Nacional de Educação na reforma agrária em perspectiva:** dados básicos para uma avaliação. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/ensaio_introdutorio.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm>. Acesso em: 24 out. 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 5 ago. 2008.

_____. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>>. Acesso em: 24 out. 2008.

DI PIERRO, M. C. Diagnóstico da situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: uma análise de dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais 2006.** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2215--Int.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.343, de 11 de junho de 2007. Regulamenta a atribuição da função docente, em regime de suplência, para as escolas da rede estadual de ensino, e dá outras providências. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/applications/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/179212cd1337b5f3042572fa00682a59?OpenDocument&Highlight=2,12.343>>. Acesso em: 24 out. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 24 out. 2008.

_____. Lei 7.418 de 16 de dezembro de 1985. Institui o vale-transporte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7418.htm>. Acesso em: 24 out. 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/applications/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/cc3aad25c09897f804256c0000561af3?OpenDocument&Highlight=2,87>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

Bibliografia

BRASIL. Lei 11.274 de 07 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2006/11274.htm>>. Acesso em: 24 out. 2008.

FERREIRA, L. L. Análise coletiva do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 7-19, abr./jun. 1993.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/applications/legislacao/secoge/govato.nsf/66ecc3cfb53d53ff04256b140049444b/cc3aad25c09897f804256c0000561af3?OpenDocument&Highlight=2,87>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

TAVARES, D. S.; FERREIRA, L. L.; MACIEL, R. H. **O trabalho de professores na educação básica pública no Piauí**. São Paulo: Fundacentro, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/ProfessoresPiau%ED.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

Outras publicações da Fundacentro sobre Análise Coletiva do Trabalho:

_____. et al. **Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo**. São Paulo: Fundacentro, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/Cortadores%20de%20Cana.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

_____. et al. **Voando com os pilotos**: condições de trabalho dos pilotos de uma empresa de aviação comercial. 2. ed. São Paulo: APVAR, 1998.

_____.; DONATELLI, S.; REIS JUNIOR, F.A. **Análise coletiva do trabalho de pescadores-mergulhadores de lagosta brasileiros**. São Paulo: Fundacentro: Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, 2003.

_____.; IGUTI, A. M. **O trabalho dos petroleiros**: perigoso, complexo, contínuo e coletivo. São Paulo: Scritta, 2005. (Coleção Pensieri).

Consulte a lista completa de publicações da Fundacentro em:
www.fundacentro.gov.br

Sobre o livro

Composto em BenguiatGot Bk Bt 15 (título)
Palatino Linotype MT 10 (texto)
Palatino Linotype 7 (notas de rodapé)
em papel offset 90g/m² (miolo)
e cartão supremo 250g/m² (capa)
no formato 16x23 cm
Impressão: Gráfica da Fundacentro
1^a edição: 2009
Tiragem: 2.000

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIRÓZ
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Rua Capote Valente, 710
São Paulo - SP
05409-002
tel.: 3066-6000

www.fundacentro.gov.br

ISBN 978-85-98117-41-6

A standard linear barcode representing the ISBN number 978-85-98117-41-6.

9 788598 117416